



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

**A violência contra a Mulher nos *media* em Portugal: a cobertura do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres no jornal *Público***

Beatriz Freitas dos Reis

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Doutor Pedro Pereira Neto, Professor Auxiliar Convidado,  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

**A violência contra a Mulher nos *media* em Portugal: a cobertura do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres no jornal *Público***

Beatriz Freitas dos Reis

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Doutor Pedro Pereira Neto, Professor Auxiliar Convidado,  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022

*I would like to ask that we begin to dream about and plan for a different world. A fairer world.  
A world of happier men and happier women who are truer to themselves. And this is how to  
start: we must raise our daughters differently. We must also raise our sons differently.*

Chimamanda Ngozi Adichie



## **Agradecimento**

Não poderia deixar de expressar aqui umas palavras de apreço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho e para o culminar desta desafiante viagem académica.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Pedro Pereira Neto, pelo auxílio prestado e por todos os conhecimentos que me transmitiu, indispensáveis para o desenvolvimento desta dissertação.

Quero também agradecer às melhores amigas que esta vida me deu:

À Jéssica e à Mafalda, companheiras de faculdade, por ouvirem as minhas inquietações e por me ajudarem a clarear as ideias, tornando todo este processo menos solitário;

Às minhas duas Mónicas, pela preocupação e pelos momentos de descontração que me proporcionaram;

À Inês, por estar sempre lá para mim desde que me lembro.

Por fim, quero agradecer à minha família, pois sem o seu constante apoio nada disto seria possível. Um especial obrigado aos meus pais, por sempre acreditarem em mim e me motivarem a ser melhor, e à minha irmã Rita, a pessoa mais incrível que conheço, por nunca me deixar desamparada e me dar força para seguir em frente.



## Resumo

Nas últimas décadas, sob o ímpeto do movimento feminista, a violência contra as mulheres (VCM) tem-se tornado uma preocupação global. Este problema é, atualmente, reconhecido como uma grave violação de direitos humanos e insere-se num quadro amplo de questões relacionadas com a igualdade de género. Os meios de comunicação social, que detêm o poder não só para colocar determinados assuntos na esfera pública como para moldar a perceção social acerca dos mesmos, destacam-se enquanto instituição-chave dotada de responsabilidade na prevenção e combate da violência contra as mulheres. A presente dissertação teve como objetivo perceber o papel dos *media* de informação em Portugal na mediação do fenómeno da VCM, a propósito da comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres instaurado pelas Nações Unidas. Seguindo as perspetivas teóricas do *agenda-setting* e do *framing*, foi averiguado se a efeméride serviu para que o fenómeno adquirisse visibilidade mediática, bem como os moldes em que o problema foi noticiado. Para tal, realizou-se uma análise de conteúdo à informação publicada *online*, de 2000 a 2021, pelo jornal *Público*, tratando-se este de um dos principais jornais de referência em Portugal. Concluiu-se que, embora o Dia Internacional tenha contribuído para colocar o fenómeno da violência contra as mulheres na agenda mediática, não se pode afirmar que a informação veiculada reflita totalmente a responsabilidade e compreensão que devem caber aos órgãos de comunicação perante este flagelo social.

**Palavras-chave:** Cobertura jornalística, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, Agendamento, Enquadramento, Feminismo



## Abstract

In recent decades, under the impetus of the feminist movement, violence against women (VAW) has become a global concern. This problem is currently recognized as a serious violation of human rights and is part of a broad framework of issues related to gender equality. The media, which holds the power to not only place certain issues in the public sphere but to also shape social perception about those same topics, stands out as a key institution with responsibility to prevent and combat violence against women. This dissertation aimed at understanding the role of the news media in Portugal in mediating the phenomenon of VAW, regarding the celebration of the International Day for the Elimination of Violence against Women established by the United Nations. Following the theoretical perspectives of agenda-setting and framing, it was investigated whether the occasion served for the phenomenon to acquire media visibility, as well as the ways in which the problem was reported. To this end, a content analysis was carried out on the information published online, from 2000 to 2021, by the newspaper *Público*, one of the main reference newspapers in Portugal. Although the International Day has contributed for putting the phenomenon of violence against women on the media agenda, it cannot be stated that the information conveyed fully reflects the responsibility and comprehension that the media must have in face of this social scourge.

**Keywords:** News coverage, International Day for the Elimination of Violence against Women, Agenda-setting, Framing, Feminism



# Índice

<b>Agradecimento</b> .....	<b>i</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>iii</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>v</b>
<b>Índice de Figuras</b> .....	<b>ix</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. Enquadramento Teórico</b> .....	<b>3</b>
1.1    Os <i>media</i> e a construção da realidade.....	3
1.1.1    Agenda(s) mediática(s) e cultura jornalística .....	3
1.1.2    Influência dos <i>media</i> : do agendamento ao enquadramento .....	6
1.2    Violência contra as mulheres: o reconhecimento internacional de um problema de género. 12	
1.2.1    O contexto português.....	15
1.3    A visibilidade mediática do fenómeno da violência contra as mulheres e a responsabilidade social dos <i>media</i> .....	16
<b>Capítulo 2. Enquadramento Metodológico</b> .....	<b>19</b>
2.1    Objeto de estudo .....	19
2.2    Campo de observação.....	19
2.3    Método .....	21
<b>Capítulo 3. Análise e Discussão</b> .....	<b>23</b>
3.1    Apresentação dos dados .....	23
3.1.1    Distribuição temporal, formato jornalístico e autoria.....	23
3.1.2    Escopo geográfico, referência ao Dia, tema central e tipos de violência .....	26
3.1.3    Valência.....	31
3.1.4    Fontes de informação .....	32
3.1.5    Elementos da violência contra as mulheres: causas, consequências, soluções e informação de apoio à vítima .....	36
3.2    Discussão dos resultados .....	39
<b>Conclusão</b> .....	<b>43</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>45</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>51</b>



## Índice de Figuras

Figura 3.1 - Distribuição temporal das peças .....	23
Figura 3.2 - Formato jornalístico das peças, por ano .....	24
Figura 3.3 - Autoria das peças informativas.....	25
Figura 3.4 - Escopo geográfico das peças informativas, por ano .....	26
Figura 3.5 - Tipo de referência ao Dia Internacional nas peças informativas .....	27
Figura 3.6 - Tema central das peças informativas (valor absoluto e relativo).....	28
Figura 3.7 - Tipos de violência principais presentes nas peças informativas (valor absoluto e relativo) .....	30
Figura 3.8 - Tipos de violência secundários presentes nas peças informativas (valor absoluto e relativo) .....	30
Figura 3.9 - Valência das peças informativas, por tema central.....	32
Figura 3.10 - Estatuto das fontes das peças do <i>Público</i> (esquerda) e da <i>Lusa</i> (direita).....	33
Figura 3.11 - Tipos de fontes institucionais das peças do <i>Público</i> (esquerda) e da <i>Lusa</i> (direita).....	34
Figura 3.12 - Tipos de fontes profissionais/especialistas das peças do <i>Público</i> (esquerda) e da <i>Lusa</i> (direita).....	35
Figura 3.13 - Tipos de fontes individuais/testemunhos das peças do <i>Público</i> (esquerda) e da <i>Lusa</i> (direita).....	35
Figura 3.14 - Tipos de medidas/soluções presentes nas peças informativas .....	38



## Introdução

Afigurando-se como uma das mais graves manifestações de poder sobre as mulheres, a violência perpetuada contra este género tem sido, ao longo das últimas décadas, uma das principais indignações da luta feminista. Todavia, só a partir dos anos 1990 é que este flagelo social passou a constituir uma preocupação a nível mundial, tendo as Nações Unidas designado o 25 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Atualmente, o problema é reconhecido enquanto grave violação de direitos humanos e insere-se num quadro amplo de questões relacionadas com a igualdade de género.

No contexto destes desenvolvimentos, os *media* têm sido apontados como uma das instituições-chave com responsabilidade para a prevenção e eliminação da violência contra as mulheres (Montiel, 2010). Com efeito, os meios de comunicação social são um veículo privilegiado de difusão de informação, amplamente usado para a compreensão de questões sociais (Băluță, 2015): estes não só têm a capacidade de dar visibilidade a certos assuntos, trazendo-os para a esfera pública, como contribuem para a perceção social dos mesmos. A escolha dos aspetos a incluir e realçar nos conteúdos mediáticos assume, pois, uma importância vital para a forma como um determinado fenómeno é dado a conhecer perante o público.

O poder dos *media* para moldarem o entendimento dos indivíduos acerca dos assuntos noticiados tem vindo, por isso, a ser altamente considerado no seio dos estudos feministas. Atendendo à informação que disseminam, os meios de comunicação social apresentam-se como uma faca de dois gumes: por um lado, podem contribuir para a reprodução de desigualdades de género e, por outro, podem apoiar a transformação social dessa realidade, consciencializando e educando a audiência e promovendo o debate na sociedade (Montiel, 2014). É neste sentido que os estudos feministas de *media* se preocupam com a atenção mediática dada ao fenómeno da violência contra as mulheres, mas interessam-se sobretudo pelo modo como este problema adquire visibilidade, ou seja, o modo como o mesmo passa para a opinião pública.

São vários os estudos que se focam na representação da violência contra as mulheres nos *media*, em particular da violência doméstica e sexual e do femicídio (Easteal et al., 2015), debruçando-se concretamente sobre a cobertura regular deste fenómeno. Por sua vez, “existe uma lacuna de estudos que se foquem nas efemérides enquanto propiciadores de matéria noticiável” (Cerqueira & Cabecinhas, 2015, p. 38). Contrariando esta tendência, Carla Cerqueira (2012) estudou a cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres, constatando que, desde os anos 90, os *media* portugueses costumam aproveitar a efeméride para apresentar dados estatísticos ou exemplos de casos chocantes de violência doméstica. Uma vez que a década anterior ficou marcada por um “discurso de *backlash*”, com a escassa

visibilidade dada a questões de igualdade de género e direitos das mulheres, a existência de eventos específicos, como as efemérides, tornou-se central para que estes assuntos conseguissem penetrar mais facilmente a agenda jornalística (Cerqueira & Cabecinhas, 2015).

Partindo deste ponto, a presente dissertação tem por objetivo perceber qual o papel dos *media* de informação em Portugal na mediação do fenómeno da violência contra as mulheres, a propósito da comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Uma vez que se entende que este tipo de iniciativas é criado com o intuito de chamar a atenção e sensibilizar a sociedade para determinadas questões, pretende-se averiguar de que forma o Dia Internacional em causa se reflete na agenda jornalística e como é que o problema da violência contra as mulheres adquire visibilidade neste âmbito. Assim sendo, tenciona-se, através do método de análise de conteúdo, observar concretamente a cobertura jornalística nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2000 a 2021, veiculada pelo jornal *Público online*, um dos principais jornais de referência em Portugal.

A dissertação encontra-se dividida em três capítulos principais. O primeiro consiste no enquadramento teórico que orienta a investigação. Nesta parte são primeiramente apresentadas algumas ideias relacionados com a produção jornalística e com a influência dos conteúdos mediáticos no público, sendo explorados os pressupostos teóricos do *agenda-setting* e do *framing*. Depois, focamo-nos no fenómeno da violência contra as mulheres, contextualizando-o a nível internacional e nacional e abordando algumas questões centrais sobre a visibilidade deste problema nos *media*. Já o segundo capítulo diz respeito ao enquadramento metodológico, sendo apresentadas as perguntas de investigação, justificado o campo de observação e explicados os processos de recolha e análise do material empírico. Por fim, no terceiro capítulo, é exposta a informação proveniente da análise efetuada, primeiro através de uma descrição mais detalhada dos dados, seguindo-se a discussão dos principais resultados obtidos. O trabalho termina com as principais conclusões da pesquisa no que toca ao seu contributo, bem como a limitações e oportunidades para investigação futura.

## CAPÍTULO 1

# Enquadramento Teórico

### 1.1 Os *media* e a construção da realidade

Os *media*, e em particular as notícias, desempenham um importante papel na construção da realidade social, ao oferecerem definições da mesma através dos conteúdos que disseminam (Tuchman, 1976, 1978). Ao tornarem públicas certas ocorrências quotidianas, transformando-as em eventos publicamente discutíveis (Tuchman, 1978), os meios de comunicação direcionam a nossa atenção para uma parte da realidade (Correia, 2011). Neste sentido, os *media* são um meio privilegiado de difusão de informação, uma vez que descrevem e dão visibilidade a determinados assuntos, de outro modo inacessíveis ao público (Cerqueira, 2012; Cerqueira & Gomes, 2017).

Como argumenta Nelson Traquina (2020), os jornalistas participam ativamente na construção da realidade através da seleção dos acontecimentos e da sua construção enquanto notícia. Este processo de produção está intimamente ligado à capacidade de agendamento e de enquadramento dos *media*, que, por um lado, depende de um conjunto de dinâmicas e constrangimentos associados às empresas jornalísticas e, por outro, contribui para a definição da agenda pública e para o modo como o público percebe certos assuntos. O reconhecimento deste potencial dos meios de comunicação torna-se, por sua vez, “o móbil de uma luta insanável por parte de vários agentes interessados” (Correia, 2011, p. 36), que pretendem divulgar uma causa ou promover determinado ponto de vista. Assim, pode dizer-se que os conteúdos noticiosos influenciam as experiências dos públicos para lá das suas esferas de interação e refletem as práticas daqueles que têm o poder de moldar tal processo produtivo (Molotch & Lester, 1999).

#### 1.1.1 Agenda(s) mediática(s) e cultura jornalística

A seleção dos assuntos que entram na agenda mediática e o seu tratamento jornalístico dependem de um conjunto de fatores associados à atividade jornalística, nomeadamente constrangimentos e pressões organizacionais, rotinas, normas e tradições, bem como contacto com fontes que fornecem informações. Os jornalistas dispõem, no entanto, de uma “autonomia relativa” para definir o que é notícia (Traquina, 2020), sendo as notícias produzidas por profissionais que partilham uma “forma de ver” comum, uma cultura jornalística (Traquina, 2005). Segundo McCombs & Valenzuela (2007) as normas e tradições jornalísticas têm uma influência fulcral na definição e construção das notícias, sendo a própria imprensa o “árbitro final” do que vai para a agenda noticiosa, isto é, dos eventos e assuntos que serão noticiados e da forma como serão noticiados. Por outro lado, tem sido levantada a preocupação de que as normas

acerca do que constitui uma “boa” notícia afetam as decisões de produção, originando temas e perspectivas jornalísticas rotineiras. Assim, ao invés de oferecerem diferentes entendimentos acerca de questões complexas, os jornalistas tendem a “reconstruir” o mundo de maneiras semelhantes (Tewksbury et al., 2000).

Um dos aspectos fundamentais da cultura jornalística, que interfere na produção de conteúdo noticioso, são os chamados valores-notícia ou critérios de noticiabilidade. Estes critérios, que funcionam de forma complementar entre si, são, essencialmente, elementos através dos quais os órgãos de comunicação controlam e gerem os acontecimentos que se tornam notícia (Wolf, 2006). Os jornalistas recorrem aos valores-notícia para selecionar os acontecimentos que serão transformados em notícia, bem como para determinar o que deve ser realçado e omitido, isto é, como os acontecimentos serão construídos enquanto notícia. Neste sentido, os valores-notícia podem ser divididos em critérios de seleção e critérios de construção, estando presentes ao longo de todo o processo de produção (Traquina, 2005; Wolf, 2006). Apesar dos valores-notícia serem um elemento central da cultura jornalística, partilhados pelos profissionais deste campo, a importância atribuída aos mesmos varia de acordo com a política editorial de cada organização mediática (Traquina, 2005).

Entre os critérios de seleção, um dos valores-notícia que importa aqui destacar é o tempo da ocorrência, concretamente no que diz respeito à data específica de um acontecimento. Nelson Traquina (2005) aponta o caso das efemérides, em que o “próprio tempo (a data específica) pode servir como *news peg* e justificar a noticiabilidade de um acontecimento que já teve lugar no passado, mas nesse mesmo dia” (p. 81). A importância deste critério de noticiabilidade tem, pois, vindo a ser compreendida por vários agentes sociais, em particular pelos profissionais de relações públicas, dando origem à proliferação de dias, nomeadamente os dias internacionais instaurados pelas Nações Unidas (Traquina, 2005). Estes dias, que funcionam, então, como “cabides” para falar de dado acontecimento ou assunto, podem, seguindo a tipologia de Molotch e Lester (1974), ser enquadrados como acontecimentos de rotina, isto é, “acontecimentos intencionais, pré-planeados e promovidos pelo próprio organizador” (Traquina, 2005, p. 98). Os acontecimentos de rotina pressupõem, pois, a existência de agentes – os “*news promoters*” – interessados em promover determinadas ocorrências na esfera pública (Molotch & Lester, 1974). Dito isto, muitas ações sociais são concebidas a pensar nos *media* ou até mesmo em articulação com eles<sup>1</sup>, considerando que o seu impacto é maior quanto mais visibilidade conquistarem nos meios de comunicação (Pinto, 2000, p. 287).

Aquilo que consta na agenda mediática depende, em grande medida, do tipo de fontes consultadas e da informação transmitida pelas mesmas. Por sua vez, “as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas são entidades interessadas” (p. 278), que visam marcar a agenda pública e estabelecer certos temas como foco de atenção coletiva (Pinto, 2000). Assim, diferentes agentes sociais

---

<sup>1</sup> No início dos anos 60, Boorstin designou este tipo de iniciativas como “pseudo-eventos” (Pinto, 2000). Para mais informação consultar Boorstin, D. J. (1992). *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*. Vintage Books.

competem entre si para adquirir visibilidade no espaço público, não só tendo em vista a definição das ocorrências que merecem ser constituídas enquanto notícia, mas também a definição da forma como as mesmas serão retratadas, ou seja, os seus enquadramentos (Traquina, 2020). De certo modo, a disputa pelo campo jornalístico entre fontes organizadas e profissionalizadas veio “complexificar os processos sociais de recolha e seleção (...) das notícias e, por conseguinte, os processos de construção da própria realidade social” (Pinto, 2000, p. 282).

Por outro lado, as fontes ou promotores de notícias têm de fazer coincidir as suas “necessidades de acontecimentos” com as dos jornalistas, que em última instância decidem o que é notícia, tendo em consideração as rotinas de produção, os valores-notícia e a cultura das organizações onde trabalham (Traquina, 2020). Como Molotch e Lester (1974) afirmam, o facto das organizações jornalísticas gerarem necessidades de eventos entre os *news assemblers* que diferem das ocorrências dos *news promoters* demonstra que os *media* têm um “papel independente e institucionalmente padronizado na produção de notícias” (p. 105). Aspirando à credibilidade e legitimidade dos conteúdos publicados, os jornalistas não são meros intermediários das fontes a que recorrem. Estes profissionais têm, efetivamente, um papel ativo ao nível das informações que escolhem divulgar, bem como do enquadramento e contextualização que lhes atribuem (Pinto, 2000, p. 286).

Importa ressaltar que nem todos os agentes sociais têm a mesma capacidade de acesso ao campo jornalístico, de forma a promover ocorrências ou fazer passar determinadas mensagens. Esta desigualdade de posições tem vindo a ser afirmada por diversos autores que salientam o poder das fontes como um fator instrumental para acederem aos meios de comunicação (Gans, 2004), sendo que as notícias tendem a ser um aliado das instituições legitimadas (Tuchman, 1978). Os agentes que provêm sobretudo da estrutura do poder estabelecido e interagem regularmente com os jornalistas têm, portanto, um acesso privilegiado aos meios de comunicação para definir a realidade que é construída através dos mesmos (Correia, 2011; Molotch e Lester, 1974). Assim, apesar da relativa autonomia dos jornalistas e da sua capacidade de definir e construir o que é notícia, tem sido apontado que os meios de comunicação, através das rotinas jornalísticas, acabam por privilegiar o ponto de vista dominante, legitimando as relações de poder existentes na sociedade (Cerqueira & Cabecinhas, 2015). Por outras palavras, a produção de notícias “é associada à obtenção de um consenso orgânico relacionado com a hegemonia dos grupos dominantes” (Correia, 2012, p. 91). Em contrapartida, embora as notícias tendam a apoiar o *status quo*, não se exclui aqui a hipótese de outros agentes sociais colocarem os seus pontos de vista na esfera mediática, sendo a produção noticiosa vista como um “processo interativo onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante” (Traquina, 2020, p. 145). Num cenário de ‘pressões’, o poder e a responsabilidade do jornalismo resultam principalmente da sua capacidade de “incluir e excluir, atribuir importância, dar a ver e a conhecer” (Pinto, 2000, p. 287).

### 1.1.2 Influência dos *media*: do agendamento ao enquadramento

A informação veiculada pelos meios de comunicação permite-nos contactar com uma “realidade em segunda mão” estabelecida pelos jornalistas e pelas organizações de *media*, que focam a sua atenção em assuntos considerados noticiáveis, moldando as nossas perceções acerca do mundo que nos rodeia (McCombs & Valenzuela, 2007). Quando constroem a sua agenda, os *media* não só oferecem ao público um conjunto de questões em detrimento de outras, sobre as quais se deve discutir e formar opinião, mas também perspectivas particulares para compreender essas mesmas questões. Por sua vez, as pessoas tendem a estar conscientes ou negligenciar, a valorizar ou a desvalorizar aquilo que os *media* incluem ou excluem do seu conteúdo (Shaw, 1979). Neste processo de influência, destacam-se, então, dois aspetos ligados à produção jornalística: o agendamento, que sugere temas para o público pensar, e o enquadramento, que propõe certas formas de pensar sobre os temas noticiados. É precisamente sobre estas dinâmicas que se têm ocupado os estudos do *agenda-setting* e do *framing*, que discutiremos em seguida.

O fundamento intelectual do *agenda-setting* remonta à obra clássica *Public Opinion* (1922) de Walter Lippmann. Referindo-se à influência dos meios de comunicação de massa na forma como as pessoas conhecem o mundo além da sua experiência direta, este autor argumenta que os *media* são a principal conexão entre os eventos que ocorrem no mundo e as imagens desses eventos na nossa mente (Dearing & Rogers, 1996; McCombs & Evatt, 1995). Esta ideia acabou por ser empiricamente testada no estudo pioneiro de Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), que introduziu o conceito de *agenda-setting*. A pesquisa destes autores procurou compreender a influência da cobertura mediática na percepção dos eleitores de *Chapell Hill* acerca das questões-chave da campanha presidencial norte-americana de 1968. Os resultados obtidos deram origem à afirmação teórica central do *agenda-setting*, que postula que quanto maior o grau de ênfase dado a determinado assunto nos *media*, nomeadamente pela quantidade de cobertura que lhes é dedicada e pela sua posição relativa, maior a importância que os membros do público irão atribuir a esse mesmo assunto.

Segundo esta perspectiva, a agenda dos *media* é transposta para a “consciência do público”, acabando por se constituir como agenda deste – a agenda pública. As matérias prioritárias nos meios de comunicação passam, assim, a “fixar o espectro de preocupações e de motivos de interesse de um dado público” (Esteves, 2012, p. 112). Deste modo, o agendamento pode ser visto como um “processo político em que os *mass media* desempenham um papel crucial ao permitir que problemas sociais sejam reconhecidos como questões públicas”<sup>2</sup> (Dearing & Rogers, 1996, p. 22). A seleção e hierarquização das notícias por parte dos *media* “cumpram a função social de limitar e ordenar os principais problemas que afetam a população”, criando um “espaço de consenso”<sup>3</sup> (Varona & Gabarrón, 2015, p. 4). Ao mesmo tempo, há uma ligação fundamental entre a atenção que os meios de comunicação dão a um

---

<sup>2</sup> Tradução própria

<sup>3</sup> Tradução própria

determinado assunto e a existência de uma opinião sobre o mesmo, daí que a transposição de relevância dos *media* para o público se apresente como um passo-chave para a formação da opinião pública (McCombs, 2005; McCombs & Valenzuela, 2007).

O estudo de McCombs e Shaw (1972) acabou por produzir uma nova orientação para pensar sobre o poder dos *media*. Efetivamente, uma das razões para o substancial interesse académico demonstrado na hipótese do *agenda-setting* prende-se com o facto desta, defendendo a influência dos *media* sobre as audiências, oferecer uma alternativa à pesquisa dos efeitos diretos nas atitudes e nos comportamentos individuais (Dearing & Rogers, 1996). Os efeitos dos *media* passaram de persuasivos a curto prazo, para efeitos cognitivos, ou seja, efeitos centrados na perceção do mundo resultantes da disponibilização de informação por parte dos meios de comunicação (Correia, 2011). Nesta ótica, o *agenda-setting* tem sido, essencialmente, considerado enquanto efeito cumulativo (Shaw, 1979). Isto significa que a prioridade de uma questão nos *media* é transferida para o público por via da repetição, ou seja, à medida que o número cumulativo de mensagens mediáticas sobre um assunto aumenta ao longo do tempo, o público convence-se de que o assunto é importante (Dearing & Rogers, 1996). Por sua vez, o poder dos *media* para delimitar o pensamento das pessoas sobre a realidade envolvente pode ser prontamente justificado pelo facto de “a nossa experiência simbólica ser hoje em dia cada vez mais adquirida de uma forma indireta”, sobretudo “através do recurso a dispositivos tecnológicos de comunicação” (Esteves, 2012, p. 114).

Embora a hipótese inicial do *agenda-setting* pressuponha um impacto direto – mas não necessariamente imediato – dos *media* nas cognições do público (Shaw, 1970), avanços na pesquisa têm vindo a reconhecer a importância de fatores sociais que medeiam a relação *media*-audiências. Além dos indicadores sociopsicológicos mais comuns, tem sido destacado o grau de experiência que as audiências têm (ou não) com os assuntos e problemas que constam da agenda dos *media* (Esteves, 2012). Zucker (1978) distingue entre tópicos com os quais o público tem experiência direta («*obstrusive*») e aqueles mais distantes da sua vida quotidiana, geralmente apenas encontrados nas notícias («*unobstrusive*»). Consequentemente, quanto menor a experiência pessoal com determinada questão, mais os indivíduos confiarão nos *media* para obter informações sobre a mesma e mais fortes podem ser os efeitos de *agenda-setting*. Pelo contrário, quanto mais experiência pessoal alguém tiver com um problema, menos provável é que o seu interesse e preocupação sobre o mesmo sigam o curso da atenção dos *media* (McCombs & Evatt, 1995; McCombs & Valenzuela, 2007).

Independentemente das condições variáveis que podem afetar os efeitos de *agenda-setting*, estes resultam, em grande medida, do papel de *gatekeeper* desempenhado pelos meios de comunicação, que apresentam diariamente ao público um repertório sobre o que pensar e falar (Shaw, 1979). Com os desenvolvimentos associados ao aparecimento da Internet, a continuidade da função de *agenda-setting* dos *media* tem, contudo, sido posta em causa. McCombs (2005) explica que alguns observadores sociais preveem o fim da definição da agenda à medida que as audiências se fragmentam e constroem uma agenda mediática altamente individualizada, a partir da variedade de notícias e informações *online*.

Segundo esta lógica, a agenda pública será caracterizada por uma diversidade considerável e pela dispersão da atenção do público. Contudo, McCombs (2005) contraria este argumento com base em descobertas empíricas sobre o panorama mediático nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, refere que, apesar da aparente abundância de oferta *online*, a atenção na *Web* é ainda mais concentrada que nos *media* tradicionais. Em segundo lugar, afastando-se da ideia de que o universo *online* é pautado por agendas altamente divergentes, o autor salienta que muitos dos *sites* de notícias populares na Internet são efetivamente subsidiárias dos *media* tradicionais, verificando-se a distribuição do mesmo conteúdo através de numerosos canais.

Não obstante eventuais implicações na função básica de agendamento dos *media*, o desenvolvimento de um agendamento de segundo nível tornou-se um dos aspetos mais decisivo para a pesquisa do *agenda-setting*, ampliando e consolidando o seu pressuposto teórico inicial. Com efeito, investigações posteriores ao estudo de *Chapell Hill* confirmaram que o papel de *agenda-setting* dos *media* não se limita a focar a atenção do público num determinado conjunto de temas, mas influencia também a forma como os mesmos são compreendidos pelos indivíduos (McCombs & Valenzuela, 2007). O reconhecimento de que as perspetivas que os jornalistas empregam para pensar sobre os assuntos noticiados são um elemento central da agenda mediática levou à distinção de duas dimensões do *agenda-setting*: a agenda de objetos e a agenda de atributos. Num primeiro nível de agendamento, a relevância dada a determinados objetos nos *media* – questões, eventos ou personalidades – é transferida para o público. Por sua vez, para cada objeto na agenda há uma agenda de atributos, constituída pelas características e traços usados para descrever e definir o objeto em causa. Assim como os objetos variam no destaque mediático que lhes é dado, o mesmo acontece com os respetivos atributos. Consequentemente, o argumento geral dos efeitos de primeiro nível aplica-se ao segundo nível de agendamento, ou seja, os atributos que os *media* usam para descrever os objetos são os mesmos atributos acolhidos pelo público (Correia, 2011; McCombs, 2005; McCombs & Valenzuela; 2007).

O segundo nível de agendamento corresponde, pois, a um reforço da hipótese inicial no que respeita ao poder dos *media* (Esteves, 2012). Ao direcionarem a atenção do público para determinados atributos, distanciando-a de outros, os *media* influenciam a forma como os indivíduos vão pensar sobre os objetos noticiosos (McCombs, 2005; McCombs & Valenzuela; 2007). A afirmação clássica de Bernard Cohen<sup>4</sup> que serviu de mote para a hipótese do *agenda-setting* foi, portanto, aprofundada. Efetivamente, os *media* “não apenas nos dizem sobre o que pensar, mas também como pensar sobre isso e, consequentemente, o que pensar”<sup>5</sup> (McCombs & Shaw, 1993, p. 65). Perante esta evolução dos estudos do *agenda-setting*, os *media* não só têm capacidade para definir os assuntos sobre os quais o público forma uma opinião,

---

<sup>4</sup> Bernard Cohen afirmou que, embora os *media* não nos possam dizer o que pensar, são extremamente bem-sucedidos em dizer-nos sobre o que pensar. Para mais informação consultar Cohen, B. (1963). *The press and foreign policy*. Princeton University Press.

<sup>5</sup> Tradução própria

como podem moldar as opiniões propriamente ditas dos indivíduos, bem como as suas atitudes em relação a determinados assuntos públicos (McCombs & Valenzuela, 2007).

A investigação de um segundo nível de efeitos de agendamento levou ao estabelecimento de uma convergência entre os estudos de *agenda-setting* e de *framing*. Os *frames* ou enquadramentos são, essencialmente, uma forma pela qual um significado particular é associado a uma questão (Dearing & Rogers, 1996). Assim, os enquadramentos dos produtos jornalísticos “chamam a atenção para determinados tópicos e excluem outros, sublinham os dados fornecidos por certas fontes sobre outras, acentuam as ações de determinados agentes e minimizam outros” (Correia, 2012, p. 90). Baseando-se na linguagem do *agenda-setting* de segundo nível, McCombs (1997) sugere que o enquadramento é a “seleção de um número restrito de atributos tematicamente relacionados para inclusão na agenda mediática quando um objeto particular é discutido”<sup>6</sup> (p. 37). Para este autor o *framing* é, com efeito, uma extensão do *agenda-setting*, e pode ser equiparado à agenda de atributos. Contudo, esta incorporação teórica não tem sido consensual (Davie & Maher, 2006).

A literatura na área da comunicação engloba uma variedade de definições de “*frame*” e “*framing*”, conceitos que, ao longo dos últimos anos, têm vindo a ganhar grande relevância na pesquisa sobre os *media*. Por sua vez, a existência de diferentes definições leva a uma considerável discordância académica acerca do que constitui, exatamente, a noção de enquadramento e, também, à sobreposição do termo com outros modelos conceptuais, como é o caso do *agenda-setting* (Cacciatore et al., 2016; Reese, 2001). De acordo com Scheufele (2000), as premissas teóricas do *agenda-setting* e do *framing* são diferentes. Esta diferença conceptual resume-se à distinção entre efeitos de “acessibilidade” e de “aplicabilidade”. O *agenda-setting* baseia-se nos níveis de importância atribuídos a uma questão pelos membros do público por influência dos *media*, estando o *locus* do efeito na acessibilidade dessa mesma questão. Já o *framing* assume que mudanças subtis na descrição de uma situação invocam esquemas interpretativos que influenciam a interpretação que o público faz das informações recebidas. Neste sentido, a atenção às mensagens mediáticas pode ser mais necessária para que ocorra um efeito de *framing* do que um efeito de *agenda-setting*, uma vez que a mera exposição pode ser suficiente para a definição da agenda, mas não para suscitar interpretações particulares sobre determinado assunto (Scheufele, 2000; Scheufele & Tewksbury, 2007). Por outro lado, Weaver (2007) argumenta que, embora não sejam idênticas, as abordagens do *agenda-setting* e do *framing* estão interligadas e envolvem alguns processos cognitivos semelhantes no que se refere ao agendamento de segundo nível. Em primeiro lugar, estão mais interessadas na forma como as questões são retratadas nos *media* do que com que questões são mais ou menos destacadas. Além disso, concentram-se nos aspetos mais salientes ou proeminentes nas descrições dos objetos de interesse e preocupam-se com formas de pensar e não com objetos sobre os quais pensar por si só.

---

<sup>6</sup> Tradução própria

Apesar da falta de consenso académico dificultar comparações entre ambas as abordagens (McCombs & Valenzuela, 2007), os conceitos de *framing* e *agenda-setting* de segundo nível podem ser mais ou menos semelhantes, dependendo da forma como o primeiro é definido (Weaver, 2007). Neste âmbito, algumas definições importantes para a consolidação do *framing* têm sido consideradas convergentes com o *agenda-setting* de atributos (McCombs & Ghanem, 2001). Tankard, et al. (1991, como citado em McCombs & Valenzuela, 2007) definem o enquadramento como uma “ideia organizadora central para o conteúdo de notícias que fornece um contexto e sugere qual é o problema através do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração”<sup>7</sup> (p. 47). Igualmente, segundo Entman (1993) o enquadramento opera de forma a tornar determinados aspetos de um assunto comunicado mais salientes, promovendo, assim, uma dada interpretação ou avaliação por parte da audiência. Ao mesmo tempo, o facto de determinado enquadramento dar visibilidade a certos aspetos, contribui para afastar a atenção de outros que não são destacados e, portanto, aquilo que se omite acaba por ser tão importante para a perceção do público como aquilo que se inclui (Entman, 1993). As definições destes autores vão, por um lado, ao encontro do agendamento de segundo nível, focando-se na saliência e ênfase dadas a determinados traços para retratar um objeto noticioso. Por outro, é perceptível que o *agenda-setting* e o *framing* diferem, na medida em que o primeiro não examina o conteúdo “excluído”, baseando-se apenas naquilo que é manifesto nas notícias (McCombs & Valenzuela, 2007).

Essencialmente, são dois os tipos de *frames* distinguidos na literatura sobre *framing*: os *frames* mediáticos e os *frames* individuais. Os primeiros referem-se, então, à forma como os jornalistas descrevem uma questão e podem ser influenciados por diversos fatores, nomeadamente normas e valores sociais, pressões e restrições organizacionais, pressões de grupos de interesse, rotinas jornalísticas ou, até mesmo, orientações ideológicas ou políticas dos jornalistas (Scheufele, 2000). Por sua vez, um *frame* individual diz respeito ao conhecimento que uma pessoa adquiriu sobre determinado assunto e que é utilizado para avaliar e compreender novas informações. O poder dos *frames* mediáticos reside, pois, na sua capacidade de fornecer e ativar informações, moldado, assim, os *frames* individuais (Tewksbury et al., 2000). Tewksbury, et al. (2000) sublinham ainda um terceiro tipo de *frame* – os “*advocate frames*” – que temporalmente antecedem os outros dois, mas que se encontram, muitas vezes, neles contidos. Este tipo de *frame* é particularmente relevante para questões políticas, onde existem indivíduos e grupos interessados na forma como determinado assunto é entendido pelo público e, por isso, procuram ativamente controlar aquilo que é descrito sobre o mesmo nos *media*. Os “*advocate frames*” são, portanto, “formas específicas e cuidadosamente construídas de interpretar uma questão” e podem até ser considerados enquanto “argumentos persuasivos”<sup>8</sup> (p. 806).

De um modo geral, um *frame* indica que quando as pessoas pensam sobre uma determinada questão devem também pensar sobre um conjunto correspondente de ideias (Tewksbury et al., 2000). Assim, os

---

<sup>7</sup> Tradução própria

<sup>8</sup> Tradução própria

enquadramentos mediáticos não constituem simplesmente diferentes formas de reportar uma notícia. Estes podem invocar certas definições e interpretações, nomeadamente no que toca a questões políticas, o que, por sua vez, tem implicações normativas (Vreese & Boomgaarden, 2003). Como Tewksbury, et al. (2000) denotam, os enquadramentos são capazes de sugerir “opções políticas ou respostas implícitas a perguntas sobre o que deve ser feito sobre um problema”<sup>9</sup> (p. 804). Os títulos das notícias, em particular, desempenham um papel fulcral enquanto dispositivos de *framing*, uma vez que restringem a gama de interpretações prováveis e invocam certas ideias mesmo antes do conteúdo noticioso ser lido na sua totalidade. Estes dispositivos acabam por servir como um índice, atraindo a atenção do público para as notícias e estabelecendo um quadro de referência a partir do qual o assunto é percebido (Tewksbury et al., 2000). A abordagem do *framing* fornece, então, uma hipótese forte de que os enquadramentos jornalísticos guiam a audiência naquilo que a mesma aprende e assimila (McQuail, 2010), podendo influenciar as suas opiniões, atitudes e decisões (Entman, 1993). Na sua definição, Entman (1993) identifica quatro funções do enquadramento: definir problemas, identificar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções. É precisamente nesta ótica que, como Weaver (2007) sublinha, o *framing* parece incluir uma gama mais ampla de processos cognitivos do que o *agenda-setting* de segundo nível.

O modo como a opinião pública compreende as dinâmicas de determinado problema, pode, pois, ser influenciado pelos enquadramentos mediáticos. Iyengar (1990) tentou demonstrar esta influência no que diz respeito à atribuição de responsabilidades por parte das audiências a determinados problemas políticos. Na sua análise o autor dividiu os enquadramentos das notícias em temáticos – foco na problemática – e episódicos – foco no acontecimento e nos seus protagonistas –, e descobriu que os primeiros “estimularam mais as atribuições de responsabilidade ao governo e à sociedade”, enquanto os segundos “suscitaram um maior índice de atribuições de responsabilidade a fatores individuais” (Gonçalves, 2005, p. 164). Já Vreese & Boomgaarden (2003) exploraram a dimensão de enquadramentos de valência, sugerindo que diferentes questões podem ser enquadradas de modo positivo ou negativo, bom ou mau. Enquanto alguns enquadramentos são essencialmente neutros, outros carregam elementos positivos e/ou negativos. Num estudo sobre o apoio público à União Europeia (UE), os autores apuraram que os indivíduos expostos a notícias desfavoráveis sobre uma importante cimeira da UE demonstraram níveis mais baixos de apoio à União e consideraram mais aspetos negativos do que positivos relativamente ao alargamento a outros países, em comparação com os participantes expostos a notícias enquadradas de forma favorável (Vreese & Boomgaarden, 2003). O entendimento de que os enquadramentos noticiosos são dotados de valências próprias é um marco importante para a abordagem do *framing* e vem enfatizar a importância do estudo dos *frames* nos conteúdos mediáticos, dado que “antecedem a própria compreensão e interpretação que os indivíduos fazem sobre as diferentes temáticas” (Mangana & Piñeiro-Naval, 2021, p. 245).

---

<sup>9</sup> Tradução própria

Quer se considere ou não o *framing* como uma extensão do *agenda-setting*, é inegável o quão significativamente estes estudos têm contribuído para a discussão da influência dos *media* na sociedade. Tanto a seleção dos objetos merecedores de atenção pública, quanto a seleção dos enquadramentos para pensar sobre esses objetos são papéis poderosos do campo jornalístico (Traquina, 2020; McCombs & Shaw, 1993). Esta noção implica, pois, a consideração da responsabilidade dos *media* e do papel social dos jornalistas, nomeadamente no que diz respeito a problemas como a violência contra as mulheres. Será sobre este fenómeno que nos dedicaremos na restante parte do presente capítulo.

## **1.2 Violência contra as mulheres: o reconhecimento internacional de um problema de género**

A violência contra as mulheres, atualmente reconhecida enquanto problema de saúde pública e violação de direitos humanos, é um fenómeno com enorme impacto a nível mundial (WHO, 2021). A expressão ‘violência contra as mulheres’ abrange uma multitude de abusos<sup>10</sup>, direcionados a mulheres e raparigas ao longo da vida como resultado de desigualdades de género, sendo, por isso, muitas vezes usada alternadamente com o termo ‘violência de género’ (Krantz & Garcia-Moreno, 2005). Este tipo de violência assenta, pois, num esquema de poderes desiguais, que estabelece e naturaliza hierarquias entre homens e mulheres, em que o homem é visto como sujeito de poder e autoridade e a mulher como objeto de submissão (Montiel, 2010). Deste modo, a violência contra as mulheres tanto está enraizada na desigualdade entre géneros como funciona como um mecanismo social que reforça a existente subordinação feminina (Dauer, 2019).

Perante a inegável prevalência de atos de violência perpetrados contra mulheres<sup>11</sup>, organizações internacionais e governos, muito impulsionados pelo movimento feminista, têm assumido nas últimas décadas a responsabilidade de levar a cabo ações para a erradicação deste problema social (Montiel, 2010). Embora a violência contra as mulheres tenha sido uma preocupação dos movimentos feministas internacionais desde a década de 1970, foi somente na década de 1990 que as Nações Unidas passaram a tratar este problema como uma questão central, com a adoção, em 1993, da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (Howard-Hassmann, 2011). Dois anos mais tarde, a Plataforma de Ação de Pequim tornava-se outro marco internacional neste âmbito, ao apontar a violência

---

<sup>10</sup> De acordo com as Nações Unidas, a violência contra as mulheres inclui: violência por parte de um parceiro íntimo (agressões físicas, abuso psicológico, violação conjugal, feminicídio); violência e assédio sexual (violação, atos sexuais forçados, avanços sexuais indesejados, abuso sexual infantil, casamento forçado, assédio na rua, *stalking*, assédio cibernético); tráfico de pessoas (escravatura, exploração sexual); mutilação genital feminina; e casamento infantil. Disponível em <https://www.un.org/en/observances/ending-violence-against-women-day> [Consultado a 9 de abril, 2022]

<sup>11</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 1 em cada 3 (30%) das mulheres em todo o mundo foram submetidas a violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo ou violência sexual por um não-parceiro durante a sua vida. Disponível em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women> [Consultado a 9 de abril, 2022]

contra as mulheres como uma das áreas prioritárias para a transformação da sua condição, impactando, assim, as políticas de vários países (Cerqueira & Cabecinhas, 2015; Simões, 2014).

A Declaração de 1993 veio, no entanto, preencher uma lacuna no que toca à menção específica do fenómeno da violência contra as mulheres – ausente noutros tratados das Nações Unidas, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres –, fornecendo pela primeira vez uma definição do problema com a qual todos os Estados-Membros concordaram (Bunch & Reilly, 1994). No Artigo 1º, a Declaração define a violência contra as mulheres como:

*“qualquer ato de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada”* (UN, 1993, p. 3).

De facto, esta Declaração espelhou o culminar de décadas de ativismo feminista para alcançar o reconhecimento internacional da violência contra as mulheres como uma questão de direitos humanos e não como um problema exclusivamente privado no qual o Estado não deveria intervir (Dauer, 2019). O documento identifica três níveis de violência: na família, na comunidade, e perpetrada pelo Estado. A violência no seio familiar inclui maus-tratos, abuso sexual de crianças do sexo feminino, violação conjugal, violência relacionada ao dote e mutilação genital feminina. A violência na comunidade em geral inclui violação, assédio sexual, tráfico de mulheres e prostituição forçada. Por fim, é destacada a violência, quer física, sexual ou psicológica, praticada ou tolerada pelo Estado (Bunch & Reilly, 1994; Dauer, 2019). Apesar de não ter um carácter juridicamente vinculativo (Ertürk, 2016), a Declaração endereça a responsabilidade dos Estados nesta matéria e o dever dos mesmos atuarem com a devida diligência de modo a “prevenir, investigar e, em conformidade com a legislação nacional, punir os atos de violência contra as mulheres perpetrados, quer pelo Estado, quer por particulares” (UN, 1993, p. 5).

Com efeito, a luta pela eliminação da violência contra as mulheres insere-se no quadro mais amplo da realização da igualdade de género. Ao introduzir a expressão “baseado no género” na sua definição, a Declaração de 1993 realça que a violência está enraizada na desigualdade entre homens e mulheres (Krantz & Garcia-Moreno, 2005). Também a Convenção de Istambul<sup>12</sup>, atualmente um dos mais ambiciosos instrumentos jurídicos para a prevenção e combate da violência contra as mulheres, veio reforçar esta ideia, reconhecendo que:

*“a violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens que levou à dominação e discriminação das mulheres pelos homens, privando assim as mulheres do seu pleno progresso; (...) a natureza estrutural da violência contra as mulheres é baseada no género, e a violência contra as mulheres é um dos*

---

<sup>12</sup> Portugal foi o primeiro Estado-Membro da União Europeia a ratificar a Convenção de Istambul, a 5 de fevereiro de 2013.

*mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são mantidas numa posição de subordinação em relação aos homens”* (Conselho da Europa, 2011, pp. 2-3).

Refletindo sobre o papel da comunidade internacional face aos compromissos assumidos nas últimas décadas, Charlotte Bunch<sup>13</sup> salienta que, apesar do progresso feito, continua a prevalecer muita impunidade em torno do problema. A autora refere que embora a consciência sobre a violência contra as mulheres tenha aumentado e que diferentes formas de violência sejam vistas como parte crítica da opressão das mulheres, a análise feminista que enquadra essa mesma violência como política não foi totalmente compreendida e aceite. Persiste um desconforto em expressar a natureza política desta violência enquanto sistema patriarcal, havendo uma tendência para simpatizar com as vítimas sem, contudo, abordar as razões estruturais do problema (Bunch & Reilly, 2019).

Nesta mesma ótica, Ertürk (2016) refere que a propensão para separar a violência contra as mulheres das estruturas desiguais de género subjacentes ao fenómeno acaba por se refletir na atuação dos governos, que se tem sobretudo limitado a responder à violência quando a mesma ocorrer, protegendo as vítimas e punindo os agressores. Em contrapartida, menos tem sido feito no âmbito da obrigação mais geral de prevenção, nomeadamente por meio de mudanças para erradicar as normas e valores patriarcais que fundamentam a violência contra as mulheres. Assim, esta autora defende que a agenda para o combate da violência contra as mulheres requer uma mudança de foco, de uma abordagem orientada para a vitimização para uma abordagem baseada no “empoderamento”. Isto implica o reconhecimento da natureza sistémica do problema, ou seja, de que as mulheres são submetidas à violência não por serem vulneráveis mas “pela ordem patriarcal de género que privilegia a violência masculina por meio das formações normativas e institucionais das sociedades”<sup>14</sup> (Ertürk, 2016, p. 83).

O combate da violência contra as mulheres requer, pois, que sejam desafiados valores e práticas sexistas arraigados na vida quotidiana. Neste âmbito, é particularmente importante o apoio estatal a “campanhas de sensibilização e currículos que desafiem os estereótipos sexuais e separem a masculinidade dos usos opressivos de poder”<sup>15</sup> (Ertürk, 2016, p. 98). Por sua vez, a disseminação, a todos os segmentos da sociedade, de pesquisas e dados sobre a violência contra as mulheres pode ‘empoderar’ os Estados e/ou a sociedade civil nos seus esforços para a modificação de padrões de conduta sociais e culturais (Ertürk, 2016). Foi precisamente no sentido de promover uma maior consciencialização sobre a escala e natureza dos diferentes tipos de violência aos quais as mulheres são submetidas que a Assembleia Geral das Nações Unidas designou o 25 de novembro como o Dia

---

<sup>13</sup> Charlotte Bunch teve um contributo central na campanha global para o reconhecimento da violência contra as mulheres enquanto questão de direitos humanos. Em 1990, foi publicado, na revista *Human Rights Quarterly*, o seu artigo “*Women’s rights as human rights*”, cujo título se tornou o slogan da mobilização coordenada até a Conferência Mundial das Nações Unidas, realizada em 1993, em Viena. Para mais informação, consultar Joachim, J. M. (2007). *Agenda Setting, the UN, and NGOs: Gender Violence and Reproductive Rights*. Georgetown University Press.

<sup>14</sup> Tradução própria

<sup>15</sup> Tradução própria

Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, numa resolução adotada a 7 de fevereiro de 2000. Historicamente, este dia está associado ao assassinato das irmãs Mirabal, na década de 1960, pelo regime ditatorial de Rafael Trujillo na República Dominicana, e desde os anos 1980 que é comemorado por ativistas na América Latina. Com a oficialização do dia, as Nações Unidas pretendem incentivar governos, organizações internacionais e não-governamentais a realizar e promover atividades de modo a consciencializar o público para o problema da violência contra as mulheres (UN, 2022).

### 1.2.1 O contexto português

A atenção dada à questão da violência contra as mulheres por parte de organismos internacionais, como as Nações Unidas e o Conselho da Europa, tem vindo a refletir-se no contexto português onde, a partir da década de 90, começaram a sentir-se os principais progressos na matéria. Nestes primeiros anos, as medidas legislativas em Portugal focam-se sobretudo nas manifestações de violência no foro privado, com a implementação de mecanismos de defesa e proteção das vítimas. As três primeiras casas de abrigo no âmbito da violência doméstica abrem entre 1995 e 1999, iniciando uma rede nacional de apoio que tem sofrido desenvolvimentos<sup>16</sup>. Já em 2000, a violência doméstica torna-se crime público<sup>17</sup> (Guerra & Gargo, 2020; Simões, 2014).

Com efeito, as políticas portuguesas no combate à violência contra as mulheres têm-se consolidado com os sucessivos Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica (PNCVD)<sup>18</sup>. Desde 1999 que estes instrumentos delineiam a estratégia e política governamentais na prevenção e combate à violência doméstica e, mais recentemente, de género, estando o atual plano integrado na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + 2018-2030 (Guerra & Gargo, 2020). De um modo geral, as medidas presentes nestes planos têm-se enquadrado em cinco áreas de atuação principais: 1) prevenção, sensibilização e educação; 2) proteção e integração das vítimas; 3) intervenção junto dos agressores; 4) formação de profissionais; 5) investigação e monitorização.

Em 2013 o espetro do V Plano foi alargado, de modo a seguir os pressupostos da Convenção de Istambul, passando a incluir outras formas de violência de género além da doméstica, como a mutilação genital feminina e as agressões sexuais. Também em 2015 foram feitas algumas alterações ao Código Penal de modo a cumprir com o disposto na Convenção de Istambul, tendo-se autonomizado o crime de mutilação genital feminina, criado os crimes de perseguição e casamento forçado e alterado os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Ver <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/rnavvd/enquadramento/> [Consultado a 6 de agosto, 2022]

<sup>17</sup> Em Portugal, “pratica o crime de violência doméstica quem infligir maus tratos físicos ou psíquicos, uma ou várias vezes, sobre cônjuge ou ex-cônjuge, unido/a de facto ou ex-unido/a de facto, namorado/a ou ex-namorado/a ou progenitor de descendente comum em 1.º grau, quer haja ou não coabitação”. Disponível em <https://apav.pt/vd/index.php/features2> [Consultado a 6 agosto, 2022]

<sup>18</sup> Ver <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/instrumentos-de-politica-publica/> [Consultado a 6 agosto, 2022]

<sup>19</sup> Ver <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/83-2015-69951093> [Consultado a 6 agosto, 2022]

### 1.3 A visibilidade mediática do fenómeno da violência contra as mulheres e a responsabilidade social dos *media*

Sendo os *media* de informação um veículo amplamente usado para a compreensão de questões sociais (Băluță, 2015), estes desempenham um papel fulcral na mediação do fenómeno da violência contra as mulheres e, por conseguinte, no reconhecimento deste problema na esfera pública (Simões, 2014). Enquanto ferramenta capaz de consciencializar, educar e promover o debate na sociedade, os órgãos de comunicação têm sido apontados como uma das instituições-chave com responsabilidade no âmbito da prevenção e eliminação da violência contra as mulheres (Montiel, 2010). Um dos principais instrumentos internacionais adotados neste sentido é a Convenção de Istambul que, tendo em consideração a liberdade de expressão e a independência da comunicação social, sublinha no artigo 17º a necessidade de autorregulação do setor “para prevenir a violência contra as mulheres e para reforçar o respeito pela sua dignidade” (Conselho da Europa, 2011, p. 9). Também a Plataforma de Ação de Pequim apela às indústrias de *media* para que divulguem “informações destinadas a eliminar o abuso conjugal e infantil e todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica”<sup>20</sup> (UN, 1995, p. 102).

De facto, os *media* não só têm a capacidade de colocar o fenómeno da violência contra as mulheres na agenda pública como possuem uma importância vital na construção de tal realidade, influenciando, assim, a perceção social sobre o problema (Gillespie et al., 2013). É por isso que, dada a responsabilidade das indústrias de *media*, analisar a violência contra as mulheres em conteúdos mediáticos tem estado historicamente no centro da agenda académica feminista (Montiel, 2014). Embora o aumento da visibilidade mediática da violência contra as mulheres seja, de certo modo, reconhecido como emancipador (Simões, 2014), os estudos feministas de *media* têm-se focado, essencialmente, no tratamento noticioso desta temática, uma vez que “uma maior visibilidade do fenómeno pode não significar uma representação da sua complexidade” (Cerqueira & Gomes, 2017, p. 227). Não basta, pois, que o problema se torne visível: é preciso perceber como essa visibilidade passa para a opinião pública e se a forma como é relatado leva a uma “leitura consciente, responsável e crítica” ou, por outro lado, “arbitrária e superficial” (Montiel, 2010, p. 99). Nas palavras de Cerqueira e Cabecinhas (2015) “tão importante quanto a invisibilidade é a forma como se dá visibilidade a determinados assuntos e atores/atoras sociais” (p. 40).

O fenómeno da violência contra as mulheres tem sobretudo aparecido na cobertura regular dos órgãos de comunicação social sob a forma de “problema criminológico”, com o relato de diferentes incidentes criminais (Simões, 2011, 2014). Neste âmbito, diversos estudos têm apontado que os *media* geralmente apresentam representações simplistas e distorcidas do problema (Sutherland et al., 2016). Um dos principais padrões da cobertura, comumente mencionado na literatura, é o seu enquadramento episódico, em que a vitimização feminina é apresentada como um fenómeno isolado, ao invés de um

---

<sup>20</sup> Tradução própria

problema complexo que ocorre dentro de um contexto social de dominação masculina e que tem como causa e consequência a desigualdade de gênero (Easteal et al., 2015). Paralelamente, é habitual o recurso a linguagem que culpabiliza a vítima ou desculpabiliza o agressor, perpetuando estereótipos e mitos associados à violência, especialmente em cobertura de caráter sensacionalista. Os *media* recorrem também maioritariamente a fontes de informação oficiais, do sistema policial e judicial, sendo poucos os relatos a partir da perspectiva das mulheres ou que aludam a especialistas e prestadores de serviços com conhecimentos na matéria (Henricksen, 2018; Sutherland et al., 2016; Richard et al., 2011). Relativamente aos tipos de violência que têm adquirido maior visibilidade nos meios de comunicação, tem sido apontada a “sobrevalorização de formas atípicas de violência contra as mulheres”, com práticas menos invulgares de violência endêmica a serem, muitas vezes, obscurecidas (Simões, 2014, p. 41).

Efetivamente, todas estas particularidades contribuem para a descontextualização social do fenómeno da violência contra as mulheres, influenciando o modo como a opinião pública compreende as dinâmicas do problema, principalmente no que diz respeito à atribuição de responsabilidade, bem como à definição de possíveis soluções no domínio público (Richard et al., 2011). Băluță (2015) afirma que os *media* raramente têm sido aliados dos direitos das mulheres e de grupos feministas em enquadrar a violência contra as mulheres como uma violação de direitos humanos. Neste sentido, Easteal, et al. (2015) concluíram, ao analisarem literatura relevante sobre a representação mediática do fenómeno, que as mensagens veiculadas nos *media* são essencialmente conservadoras, sendo usadas várias técnicas de enquadramento para distanciar os atos de violência das suas causas subjacentes. Por sua vez, ao serem obscurecidas as causas estruturais dos atos de violência contra as mulheres, as notícias são enquadradas de modo a suportar o *status quo*, ou seja, as estruturas sociais patriarcais (Meyer, 1997). Nesta ótica, os retratos da violência contra as mulheres refletem uma certa ambivalência dos *media* em relação ao feminismo, potenciando a reprodução de desigualdades de gênero (Easteal et al., 2015) e oferecendo um “terreno limitado de luta pela justiça” (Simões, 2014, p. 35).

Por outro lado, pesquisas recentes têm descoberto melhorias no tratamento mediático da violência contra as mulheres nos últimos anos, nomeadamente no que diz respeito ao enquadramento da questão enquanto problema social e à inclusão de mais informação sobre locais onde procurar ajuda, bem como à redução do sensacionalismo e da culpabilização da vítima (Cerqueira & Gomes, 2017; Gillespie et al., 2013; Richard et al., 2011). Ao mesmo tempo, tem também sido assinalada uma correspondência entre o conteúdo noticioso e o tipo de publicação que o vincula. Neste âmbito, Simões (2011) observa diferenças entre a imprensa popular e a imprensa de referência em Portugal. Enquanto a primeira é marcada pela “espectacularização na cobertura de casos isolados e atípicos de violência contra as mulheres” e por um certo “populismo penal”, na segunda denota-se “algum confronto de discursos, que oferecem enquadramentos interpretativos alternativos” (pp. 490-491). Contudo, a autora verificou também um discurso predominante neste último tipo de jornalismo, que se prende com o papel do Estado enquanto entidade que tenta “cooptar muitas das exigências no que diz respeito à proteção das mulheres” (p. 491). Esta representação acaba por ter implicações no reforço do estatuto da mulher vítima, assistida

pelo Estado, bem como no desencorajamento “da discussão sobre formas alternativas de intervenção no problema”, dada a “visibilidade dos procedimentos institucionalizados no âmbito do sistema de controlo formal do crime” (pp. 491-492).

Os *media* podem, portanto, ter um papel de reprodução das desigualdades de género, por um lado, ou um papel transformador a esse respeito, por outro. Apesar da literatura apontar para a predominância do primeiro, muitas académicas feministas acreditam que, dada a relevância dos meios de comunicação na sociedade, estes podem, de facto, ser parte da solução, contribuindo para a discussão e compreensão das condições estruturais do fenómeno da violência contra as mulheres (Montiel, 2014). É neste sentido que, de modo a fomentar uma cobertura responsável, têm sido adotados guias de boas práticas<sup>21</sup> em vários países para orientar a produção jornalística (Sutherland et al., 2016). Algumas das principais recomendações para o tratamento da informação passam pela contextualização social do problema, dando visibilidade às diferentes expressões da violência e aos seus impactos, bem como pela diversificação das fontes de informação, em particular através do envolvimento de especialistas. Os *media* devem também informar o público dos recursos e instrumentos existentes no âmbito da prevenção e combate da violência contra as mulheres, nomeadamente legislação disponível, serviços sociais, organizações não-governamentais atuantes no campo, assim como noticiar casos de sucesso e resistência (Băluță, 2015; Cerqueira & Gomes 2017; Henricksen, 2018). Numa visão otimista, Băluță (2015) argumenta que as práticas jornalísticas podem ser ajustadas aos poucos, de modo que os conteúdos mediáticos de violência contra as mulheres revelem responsabilidade e compreensão perante o fenómeno, bem como uma intenção de informar o público, estimulando a reflexão sobre o tema e o envolvimento da comunidade em geral (p. 64).

---

<sup>21</sup> Em Portugal, foi lançado em 2019 o “Guia de boas práticas dos órgãos de comunicação social na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica” pela Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade. Disponível em <https://www.cig.gov.pt/2019/09/apresentacao-do-guia-boas-praticas-dos-orgaos-comunicacao-social-na-prevencao-combate-violencia-as-mulheres-violencia-domestica/> [Consultado a 28 de maio, 2022]

## CAPÍTULO 2

### Enquadramento Metodológico

#### 2.1 Objeto de estudo

Seguindo a perspectiva de que os meios de comunicação social desempenham um papel fulcral para a compreensão de questões sociais, considera-se pertinente estudar o modo como o fenómeno da violência contra as mulheres adquire visibilidade mediática no âmbito de um dia internacional que tem, precisamente, o intuito de consciencializar a sociedade para o problema. Com esta investigação, pretende-se, pois, contribuir para o desenvolvimento desta problemática no contexto português, proporcionando informação científica aos cidadãos e profissionais de *media* sobre as questões que envolvem a cobertura jornalística deste fenómeno.

Assim, a presente pesquisa visa responder à seguinte pergunta de partida: *Qual a cobertura jornalística em Portugal sobre o fenómeno da violência contra as mulheres, a propósito da comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres?* Desta pergunta principal surgiram, então, várias questões de operacionalização possível:

1. Que relevância é dada ao fenómeno da violência contra as mulheres e ao respetivo Dia Internacional na agenda mediática?
2. Com que enquadramentos temáticos é o fenómeno da violência contra as mulheres noticiado?
3. Que tipos de violência adquirem visibilidade e a quais é dado maior destaque na cobertura?
4. Impera um discurso negativo face ao problema da violência contra as mulheres ou este é também noticiado pela positiva?
5. Que agentes sociais predominam enquanto fontes de informação?
6. São apontadas e/ou discutidas causas de género, consequências e soluções/medidas no âmbito da violência contra as mulheres?
7. É exposta informação de apoio à vítima, nomeadamente linhas de contacto?

#### 2.2 Campo de observação

Depois de estabelecida a linha norteadora da investigação, foi necessário delimitar o campo de observação, no que diz respeito ao período temporal, bem como ao órgão de comunicação a analisar.

Julgando-se consentâneo obter uma visão longitudinal da cobertura jornalística, de modo a melhor responder às perguntas de pesquisa, a opção de analisar o período temporal que vai do ano 2000 ao ano 2021 pareceu ser a mais lógica. Assim, são abarcados todos os anos de comemoração do Dia, desde a sua instauração oficial pelas Nações Unidas até à atualidade. Considerou-se ainda adequado, não só ter

em conta o próprio dia da efeméride (25 de novembro), como também os dois dias adjacentes (24 e 26 de novembro), uma vez que é provável que também nestes surja conteúdo no âmbito da celebração.

Já no que diz respeito ao meio de comunicação social, optou-se pela versão *online* do jornal *Público*, tendo sido essencialmente dois os motivos que suscitaram esta escolha: por um lado, a preferência pelo jornalismo de referência; por outro, a perceção da crescente aposta dos jornais no mundo digital, com um correspondente fácil acesso à informação *online*, bem como o seu potencial alcance. O *Público*, fundado em 1990, é um dos principais diários portugueses, habitualmente definido enquanto jornal de referência, identificado com “a formação e veiculação de opiniões das elites políticas, culturais e económicas” (Santos et al., 2016, p. 135). Tendo em conta a problemática do presente estudo, considerou-se que a análise proposta faria mais sentido num jornal de referência, por oposição a um jornalismo popular ou de tabloide: enquanto o jornalismo popular “não convida à reflexão nem educa o leitor”, não o chamando à atenção para aquilo “que é fulcral para o bom funcionamento da sociedade em que está inserido” (p. 26), um jornal de referência apresenta-se como um “agente que deve educar de forma contínua” (Duarte, 2013, p. 28).

Relativamente à opção pelo *online*, a escolha do *Público* foi, antes de mais, sustentada pelo facto deste ter sido um dos primeiros jornais portugueses à apostar neste formato, criando em 1995 o seu *site publico.pt*. Neste espaço virtual, o jornal começou por disponibilizar conteúdo das edições impressas, produzindo, a partir de 1999, informação própria para o meio *online*, com um serviço de notícias atualizadas durante o dia (Bastos, 2009; Duarte, 2013). De notar, pois, que estes desenvolvimentos antecedem o primeiro ano do período temporal selecionado para a análise. Por sua vez, partindo o presente estudo da perspetiva dos potenciais efeitos dos conteúdos mediáticos na sociedade, é também importante ter em consideração o alcance da informação veiculada. É certo que um período alargado de análise torna mais difícil uma avaliação concisa deste parâmetro, sendo que o acesso a jornais *online* não era há 20 anos aquilo que é hoje. No entanto, dados do Anuário de Comunicação 2021 do OberCom, apontam o crescimento sólido do *Público* em termos de circulação digital paga de 2011 a 2021, posicionando-se em primeiro lugar face aos restantes diários de informação geral em Portugal<sup>22</sup> (OberCom, 2022 p. 99). Já em termos práticos, a facilidade de acesso à informação para a análise teve também algum peso na escolha do *Público Online*, sendo possível através deste meio a pesquisa de artigos por palavras-chave e para as datas pretendidas (recuando até ao ano 2000), embora seja necessária uma subscrição paga para poder ver a maioria dos conteúdos na íntegra.

Dito isto, o material empírico para o presente estudo foi recolhido através do motor de busca do *site* do jornal *Público*. A pesquisa foi feita para os dias e anos definidos, pelos termos ‘violência contra as mulheres’, ‘violência mulheres’ e ‘Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres’. Foram consideradas todas as peças informativas e opinativas cujo assunto principal estivesse relacionado com o fenómeno da violência contra as mulheres, tendo em conta a definição da Declaração

---

<sup>22</sup> *Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Jornal i e Diário de Notícias*

sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, anteriormente apresentada. Neste sentido, optou-se por considerar também peças que mesmo não mencionando o Dia, se focassem no problema da violência contra as mulheres, visto que é precisamente a visibilidade deste fenómeno que se pretende analisar, embora no contexto da efeméride. Em contrapartida, além de peças cujo enfoque não fosse o problema em estudo, foram ainda excluídas algumas peças da fotogaleria, bem como itens relativos a vídeos, podcasts e programação cultural. Deste processo de recolha resultou, então, o *corpus* de análise, constituído por um total de 113 peças publicadas no *site* do jornal *Público*, que podem, ou não, ter sido publicadas na versão impressa.

## 2.3 Método

Para analisar a cobertura jornalística do *Público Online* e obter respostas às questões de investigação levantadas, considerou-se adequado adotar uma estratégia metodológica mista, recorrendo concretamente à análise de conteúdo.

A definição da análise de conteúdo, enquanto método quantitativo ou qualitativo, tem sido uma questão central de debate nas Ciências Sociais. Uma das definições mais utilizadas, e que ilustra o inicial foco quantitativo da análise de conteúdo, é a de Berelson (1952) que a define como uma “técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações”<sup>23</sup> (p. 18). Mais tarde, Krippendorff (2004) afasta-se da referência à quantificação, definindo a análise de conteúdo enquanto técnica de investigação que permite “fazer inferências, replicáveis e válidas, de textos para os contextos do seu uso”<sup>24</sup> (p. 18). Atualmente, vários académicos têm abandonado a dicotomia quantitativo/qualitativo, defendendo ambas as abordagens como complementares e parte de um *continuum* de análise de textos, para tentar determinar os seus significados e compreender os contextos de produção, bem como o impacto sobre o público. Isto potencia a consideração, não só do conteúdo manifesto - referido na definição de Berelson -, como também de significados implícitos, isto é, o chamado conteúdo latente (Herscovitz, 2007).

Nesta ótica, para Laurence Bardin, a análise de conteúdo combina uma vertente quantitativa e qualitativa, uma vez que permite a descrição, mas também a interpretação dos conteúdos, atribuindo, assim, sentido às “características do material que foram levantadas, enumeradas e organizadas” (Vala, 1986, p. 104). Segundo as palavras da investigadora, a análise de conteúdo consiste num:

---

<sup>23</sup> Tradução própria

<sup>24</sup> Tradução própria

“conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (Bardin, 2011, p. 48).

Tendo em conta que a presente pesquisa pretende estudar a natureza da cobertura jornalística sobre o fenómeno da violência contra as mulheres, a propósito do seu Dia Internacional, a análise de conteúdo foi aplicada numa perspetiva qualitativa e quantitativa, averiguando a presença ou ausência de determinadas características nas peças analisadas, bem como a frequência com as mesmas surgem no *corpus* de análise (Bardin, 2011). Como Deacon, et al. (2021) apontam, ao contabilizar a frequência com que determinados tópicos, temas e atores são mencionados e os contextos em que são apresentados, a análise de conteúdo fornece uma visão geral dos padrões de atenção, permitindo-nos perceber aquilo que é destacado e o que é ignorado pelos meios de comunicação relativamente ao fenómeno em estudo. A análise de conteúdo revela-se ainda conveniente para a problemática de investigação, na medida em que “a observação do conteúdo mediático é condição necessária para a análise dos possíveis efeitos mediáticos”, sendo, portanto, um método indispensável para uma “melhor compreensão do impacto dos *media* na sociedade” (Kolmer, 2008, como citado em Cerqueira, 2012, p. 274).

No método de análise de conteúdo, tratar o material empírico significa codificá-lo, isto é, seguir um processo pelo qual os dados brutos são agrupados de forma padronizada e sistemática (Babbie, 2014). Neste sentido, foi construída uma grelha de análise, onde as peças do *corpus* foram classificadas para cada uma das variáveis definidas através de categorias nominais. Esta operacionalização procurou ir ao encontro dos objetivos e perguntas que orientam a pesquisa, tendo por base as leituras teóricas, outros trabalhos empíricos na mesma área de investigação – em particular, Cerqueira (2012) e Simões (2014) –, bem como a própria exploração das peças do *corpus* de análise, resultando, assim, de uma combinação de processos *a priori* e *a posteriori* (Vala, 1986). As variáveis de análise foram estabelecidas de modo a caracterizar a cobertura jornalística em termos de forma – data, formato jornalístico e autoria –, bem como relativamente ao conteúdo propriamente dito das peças – escopo geográfico, referência ao Dia, tema central, tipos de violência, valência, fontes de informação, causas de género, consequências e soluções no âmbito da violência contra as mulheres e informação de apoio à vítima (ver Anexo A). Importa, contudo, referir que a presente análise se centrou principalmente nas peças informativas do *corpus*, sendo que as peças de carácter opinativo apenas foram analisadas ao nível da forma. Após o registo dos dados na grelha criada em Excel, foi realizada uma análise estatística com o auxílio do mesmo *software*, para verificar a prevalência (ou não) de determinadas categorias e averiguar tendências na cobertura jornalística.

## CAPÍTULO 3

### Análise e Discussão

#### 3.1 Apresentação dos dados

##### 3.1.1 Distribuição temporal, formato jornalístico e autoria

Ao examinar os anos de publicação dos conteúdos jornalísticos, tornou-se evidente que as 113 peças do *corpus* de análise se encontram irregularmente distribuídas. Não se verifica um aumento linear da cobertura ao longo do tempo, apesar de nos últimos anos o volume de peças encontradas ser ligeiramente maior. Com efeito, 2016 e 2019 são os anos que apresentam um maior número de peças publicadas durante os três dias de análise (11 e 13 peças, respetivamente). Ao mesmo tempo, para todos os anos do período de análise foi encontrada, no mínimo, uma peça a respeito do fenómeno da violência contra as mulheres.

No que toca ao dia de publicação, foi o 25 de novembro que registou um maior número de peças (63%). Este era já um resultado esperado, uma vez que se trata do dia da efeméride em análise. Contudo, houve também um número considerável de peças publicadas no dia 24 de novembro (26%), sendo o 26 de novembro o dia com menos cobertura (11%).

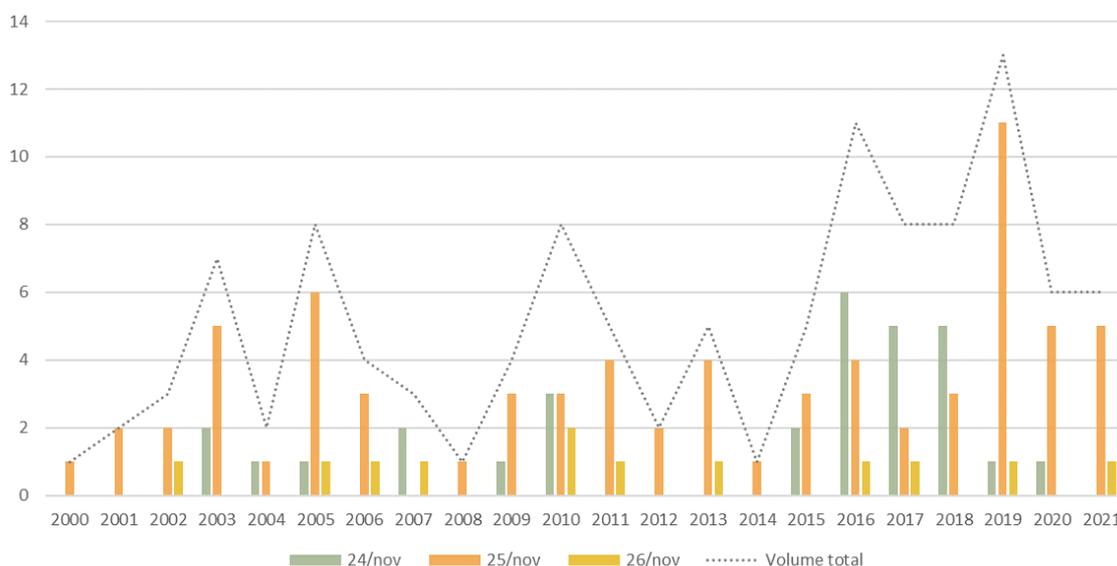
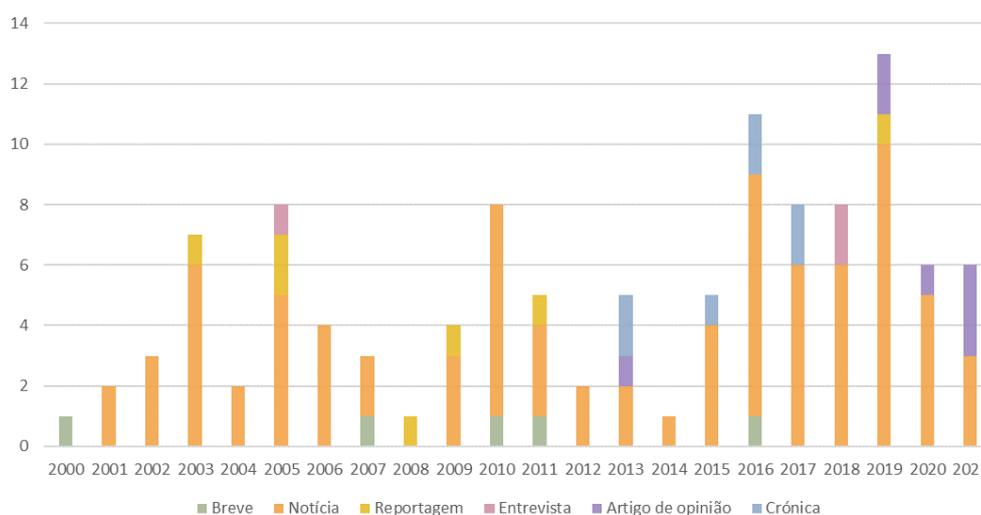


Figura 3.1 - Distribuição temporal das peças

De modo a averiguar a relevância dada ao fenómeno da violência contra as mulheres na cobertura, além do volume total, as peças foram quantificadas pelo seu formato jornalístico. Verifica-se, pois, um predomínio do formato *notícia*, com 74% do total de peças do *corpus* de análise. Com uma diferença considerável, segue-se a *reportagem* (6%), o *artigo de opinião* (6%) e a *crónica* (6%), o *breve* (5%) e, finalmente, a *entrevista* (3%). Estes formatos jornalísticos podem ser agrupados em dois tipos de género: informativo e opinativo. Enquanto o primeiro “serve para dar a conhecer factos/acontecimentos, através da sua descrição e narração”, o segundo “visa dar a conhecer ideias, através da exposição de comentários e juízos de valor acerca de factos/acontecimentos” (Lopes, 2010, p. 8).

No domínio informativo destaca-se o formato *notícia*, que se caracteriza por ser um texto relativamente curto, direto e que obedece a regras de elaboração bem determinadas, nomeadamente a redação das informações em ordem decrescente de importância (Gradim, 2000; Franceschini, 2004). Por sua vez, o *breve*, cuja presença no *corpus* de análise é pouco significativa, distingue-se deste primeiro formato por apenas incluir peças que não excedem os três parágrafos.

O formato *reportagem* foi o segundo mais presente na cobertura de carácter informativo, embora muito aquém da presença praticamente regular da notícia. A reportagem é considerada um dos formatos mais nobres do jornalismo e um dos poucos a oferecer verdadeiro enquadramento. Visa contar uma história real, expor uma situação ou interpretar factos, fazendo uso da voz dos intervenientes na ação e recorrendo, em larga escala, a uma linguagem narrativa, descritiva e, até mesmo, literária. (Franceschini, 2004; Lopes Cardoso, 2012). Enquanto a notícia é “imediatista”, a reportagem procura ser “atual e mais abrangente”, tratando um assunto com maior profundidade (Franceschini, 2004; Grandim, 2000). Observando a Figura 3.2, verifica-se, efetivamente, a importância reduzida que este formato teve ao longo dos 22 anos de análise. Já a *entrevista*, caracterizada pela clara demarcação pergunta-resposta, apareceu apenas em dois anos do período analisado.

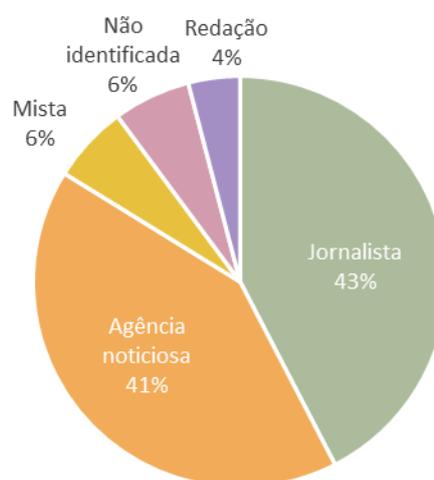


**Figura 3.2 - Formato jornalístico das peças, por ano**

O conteúdo de caráter opinativo, incluindo artigos de opinião e crônicas, e identificado como tal pela publicação, tem um peso diminuto quando comparado com as peças do domínio informativo (12% e 88%, respetivamente). Com efeito, em termos temporais, as peças opinativas apenas surgem no *corpus* de análise a partir do ano 2013 (Figura 3.2), o que, em certa medida, pressupõe que só mais recentemente tem sido dado espaço de opinião em matérias de igualdade de género, como é o caso do fenómeno da violência contra as mulheres. Outro paralelismo que pode ser feito é o facto de em 2011 ter surgido a plataforma P3 do *Público Online*, dirigida a um público-alvo jovem e jovem-adulto, e com um espaço destinado a dar voz aos seus utilizadores, o ‘Megafone’. Curiosamente, foi neste espaço que foram publicadas a quase totalidade das crônicas presentes no *corpus* da análise. Ainda no que se refere ao género opinativo, é de ressaltar que não constam editoriais entre as peças encontradas. Isto leva-nos a refletir que a temática em estudo não adquire, em nenhum ano do período de análise, uma relevância tal para a direção do jornal ao ponto de lhe ser dado esse destaque na cobertura.

A autoria das peças - se estão assinadas ou não, e por quem - também nos permite averiguar a relevância dada ao fenómeno em análise, pelo meio que veicula a informação, neste caso, o jornal *Público online*. A grande maioria das peças informativas foi assinada ou por jornalista ou por agência noticiosa, sendo mínima a diferença de cobertura entre estes dois tipos de autoria (43% e 41%, respetivamente).

No que toca à categoria agência noticiosa, destaca-se, sem grande surpresa, a autoria da *Lusa*, sendo que apenas foram encontradas duas peças de agências internacionais - a *Reuters* e a *AFA*. Por sua vez, a categoria mista engloba peças assinadas em conjunto pela *Lusa* e pela redação do *Público*. Assim sendo, podemos afirmar que as peças presentes no *site* do jornal dependem consideravelmente de informação divulgada por agência (47%).



**Figura 3.3 - Autoria das peças informativas**

Relativamente às peças do *Público* propriamente ditas, para além daquelas que são assinadas por jornalistas, em alguns casos a assinatura é remetida, de modo geral, para a redação do jornal, sendo a autoria apenas identificada por ‘Público’ ou ‘Público.pt’. Dito isto, observa-se um equilíbrio entre as peças com recurso a agência e as peças escritas pelo *Público*, também estas últimas representando 47% da cobertura total. Por fim, em 6% das peças a autoria não foi expressamente identificada.

Considerou-se ainda pertinente verificar o género dos autores que escreveram sobre a temática da violência contra as mulheres, tanto nas peças informativas como nas peças opinativas. Nas peças informativas, mais concretamente nas peças assinadas por jornalista, 83% são da autoria de jornalistas do género feminino. Já nas peças opinativas, apenas duas foram escritas por autores do género masculino, sendo 86% da autoria de mulheres.

### 3.1.2 Escopo geográfico, referência ao Dia, tema central e tipos de violência

Observando mais concretamente o conteúdo das 99 peças informativas do *corpus* de análise, procurou-se perceber em que contextos o fenómeno da violência contra as mulheres foi noticiado. Neste sentido, as peças foram categorizadas pelo seu escopo geográfico, quer este fosse nacional (notícias em relação a Portugal), internacional (notícias sobre outros países sem referência a Portugal) ou misto (notícias sobre Portugal com referência a outros países ou vice-versa). Verificou-se, assim, ao longo de todo o período de análise e em cada um dos anos em particular, o predomínio de um escopo nacional no conteúdo noticioso, com a grande maioria da informação veiculada a centrar-se exclusivamente no fenómeno da violência contra as mulheres em contexto português (79%).

Não obstante, 12% das peças apresentam um escopo misto, na medida em que o fenómeno acaba por ser noticiado no âmbito de vários contextos geográficos, isto é, embora o enfoque da peça possa ser Portugal, são também expostas informações sobre outros países. Por seu turno, foram poucas as peças de escopo internacional (9%), constatando-se a sua presença no *corpus* da análise apenas a partir do ano 2011 (Figura 3.4).

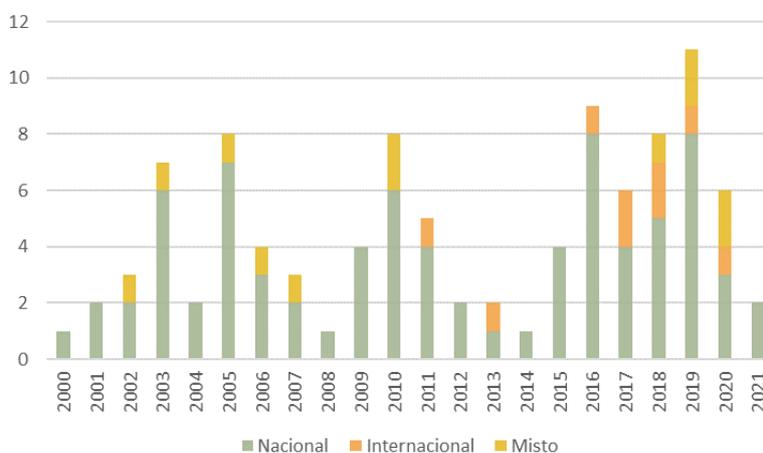
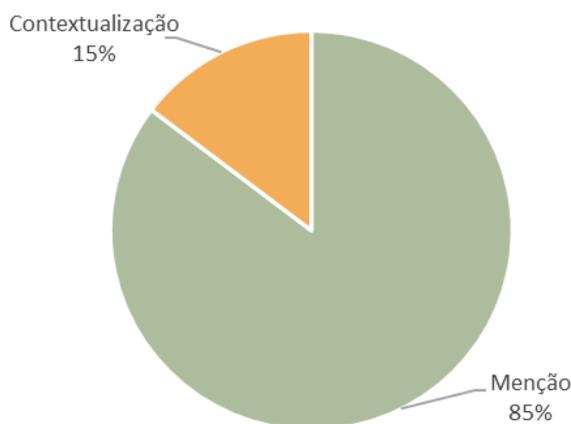


Figura 3.4 - Escopo geográfico das peças informativas, por ano

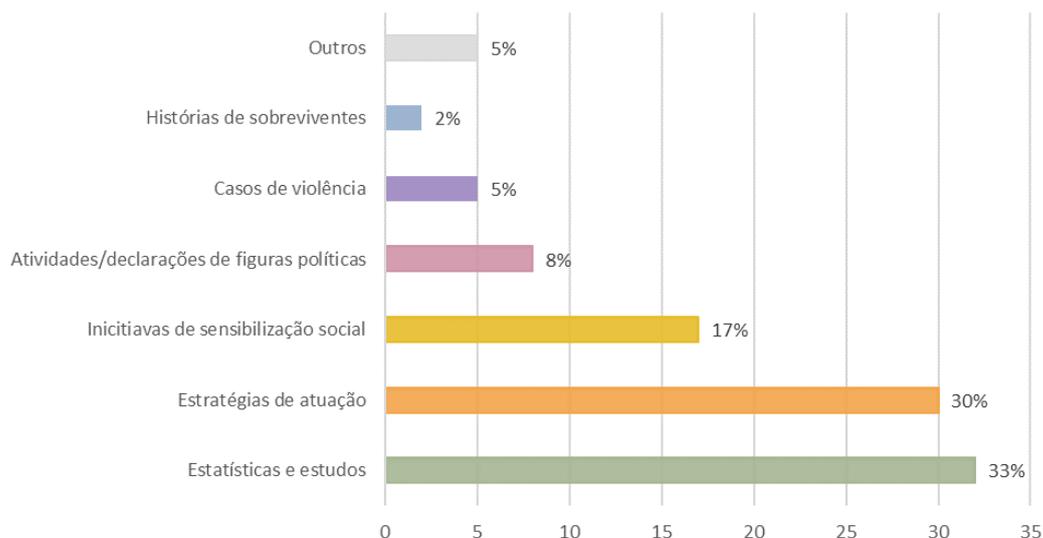
Uma vez que o presente estudo tem por objetivo analisar a cobertura sobre o fenómeno da violência contra as mulheres no âmbito da comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, também se considerou pertinente averiguar quantas peças é que efetivamente fizeram referência à efeméride. Constatou-se, assim, que o dia foi explicitamente referido no conteúdo - quer no título, subtítulo, corpo do texto ou legenda de imagens - em 76% das peças informativas do *corpus* de análise. Por sua vez, notou-se ainda que a referência ao dia se tratava, na maioria das peças, de uma mera *menção*, sendo poucas as peças que continham alguma *contextualização*, mesmo que breve, nomeadamente sobre a instauração do dia e/ou o porquê da sua celebração (Figura 3.5).

As peças que incluíam uma referência com contextualização sublinhavam, sobretudo, a data da instauração do Dia, bem como as Nações Unidas enquanto organismo que o instituiu oficialmente. Apenas uma peça, da autoria da *Lusa*, dedicou uma parte considerável do seu conteúdo à contextualização do Dia, referindo o tema adotado pela ONU para a sua comemoração no ano de publicação e aprofundado a origem da celebração. Isto remete-nos para o facto do Dia ser, com efeito, usado como um “cabide” para falar sobre o fenómeno da violência contra as mulheres, não sendo o foco principal das peças o próprio Dia, mas algo desencadeado pela sua celebração.



**Figura 3.5 - Tipo de referência ao Dia Internacional nas peças informativas**

As temáticas escolhidas para noticiar o fenómeno da violência contra as mulheres no âmbito do Dia Internacional são outro aspeto crucial para analisar o conteúdo da cobertura noticiosa. Assim, procurou-se averiguar o tema central de cada peça informativa do *corpus* de análise, isto é, aquele que predomina no conteúdo e/ou que parece justificar a escrita da própria peça, uma vez que elementos de vários temas podem aparecer numa mesma notícia. As peças analisadas suscitaram, então, a seguinte categorização temática: *estatísticas e estudos* (33%), *estratégias de atuação* (30%), *iniciativas de sensibilização social* (17%), *atividades/declarações de figuras políticas* (8%), *casos de violência* (5%), *histórias de sobreviventes* (2%) e *outros* (5%).



**Figura 3.6 - Tema central das peças informativas (valor absoluto e relativo)**

*Estatísticas e estudos* foi, pois, o tema central predominante na cobertura noticiosa. Nesta categoria foram incluídas notícias com enfoque em dados estatísticos e resultados de estudos/investigações sobre a violência contra as mulheres<sup>25</sup>. De certo modo, percebe-se que a efeméride propulsiona a apresentação e divulgação deste tipo de dados, sendo estes transformados em notícia.

*Estratégias de atuação* é, por sua vez, o segundo tema central mais presente na cobertura. As peças foram categorizadas para este tema sempre que o seu enfoque consistisse em dar a conhecer formas de atuar perante o problema da violência contra as mulheres, ou seja, sempre que a atenção recaísse sobre a implementação ou proposta de medidas, mais abrangentes ou concretas, relacionadas com o fenómeno.

Destacam-se ainda com alguma frequência as peças categorizadas para o tema *iniciativas de sensibilizações social*, peças estas que se focam em ações de promoção do conhecimento e/ou denúncia acerca da violência contra as mulheres, nomeadamente campanhas lançadas pelo Governo e/ou pela sociedade civil, bem como ações de rua e manifestações.

Houve ainda uma pequena percentagem de peças informativas cujo tema central foi categorizado enquanto *atividades/declarações de figuras políticas*, relacionadas com a violência contra as mulheres, quer, por exemplo, a nível individual ou parlamentar<sup>26</sup>.

Por sua vez, as peças de *casos de violência* e de *histórias de sobreviventes* tiveram uma presença diminuta na cobertura. Na primeira categoria procurou incluir-se peças que dessem a conhecer situações concretas de violência, quer ao nível dos atos de violência praticados, quer ao nível do contexto

<sup>25</sup> Quando as estatísticas complementam a informação sobre um tema diferente, as peças foram classificadas de acordo com esse tema.

<sup>26</sup> No entanto, quando neste âmbito são apresentadas medidas/propostas concretas para atuar sobre o problema da violência contra as mulheres, justificando, assim as peças, estas foram categorizadas para o tema "Estratégias de atuação".

particular das vítimas. Já no tema histórias de sobreviventes pretendeu-se abarcar peças cujo foco fossem casos e testemunhos de mulheres que romperam com o ciclo de violência, sendo que neste âmbito apenas foram contabilizadas duas reportagens no *corpus* de análise.

Outro aspeto fundamental na análise da cobertura do fenómeno da violência contra as mulheres passa por compreender que tipos de violência adquirem, de facto, visibilidade mediática e, por conseguinte, a quais é dado maior destaque. De um modo geral, foi detetada a presença dos seguintes tipos de violência nas peças informativas: *violência doméstica* (45%), *homicídio* (27,8%), *violência contra as mulheres* (11,8%), *violência sexual* (7,70%), *assédio sexual* (1,80%), *mutilação genital feminina* (1,20%), *discriminação de género* (1,20%), *perseguição* (0,60%), *tráfico de pessoas* (0,60%), *casamento infantil* (0,60%) e *outros* (1,80%).

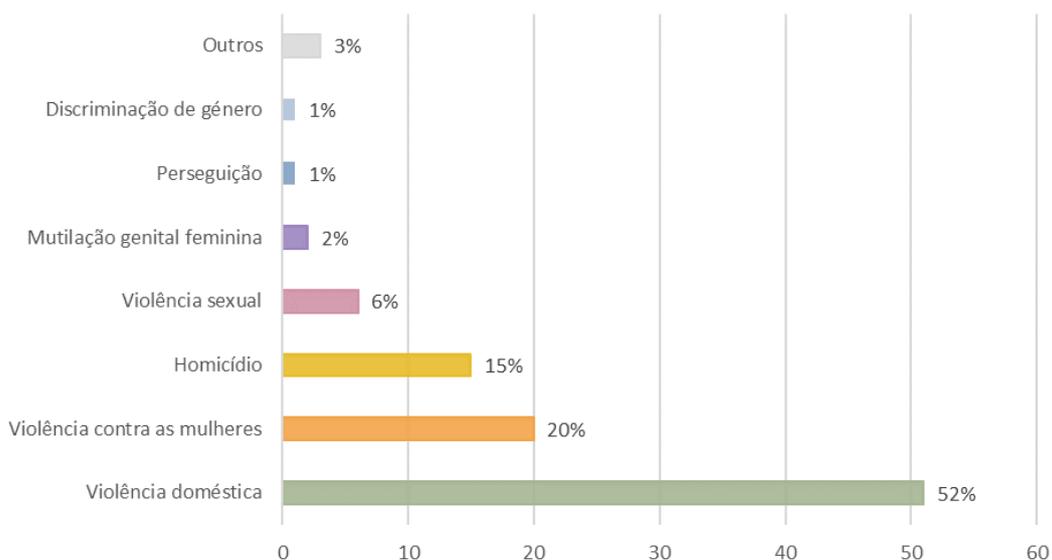
Os tipos de violência foram, por sua vez, categorizados enquanto principais (Figura 3.7) e secundários (Figura 3.8), de acordo com o destaque que lhes é dado em cada peça. Primeiramente, foi contabilizado o tipo de violência principal, isto é, aquele que é o dominante na peça e que, de certo modo, a justifica. Depois, apurou-se se foi dada ou não atenção a outro(s) tipo(s) de violência, mesmo que de forma secundária. Contrariamente ao que acontece para o tipo de violência principal, uma mesma peça pode conter mais do que um tipo de violência secundário.

Verificou-se que, além da *violência doméstica* ser o tipo de violência mais presente na cobertura de um modo geral, é também aquele que tem um maior destaque, aparecendo como tipo de violência principal em 52% das peças informativas do *corpus* de análise. Em segundo lugar, enquanto tipo de violência principal na cobertura, evidencia-se a *violência contra as mulheres* (20%). Esta categoria agrupou peças cujo destaque foi dado à violência contra as mulheres em geral, não especificando nenhum tipo em concreto ou enunciado vários com igual nível de importância. Deste modo, só fez sentido utilizar esta categoria enquanto tipo de violência principal, e não secundário. Não obstante, uma peça cujo tipo de violência principal é a violência contra as mulheres em geral, pode também dar visibilidade a outros tipos de violência concretos, embora com um enfoque secundário.

O *homicídio* teve também algum destaque, ocupando 15% das peças enquanto tipo de violência principal. Menos destaque foi dado à *violência sexual* (6%), à *mutilação genital feminina* (2%), à *perseguição* (1%) e à *discriminação de género* (1%). Finalmente, na categoria *outros* (3%) foram, sobretudo, incluídas peças cujo enfoque principal estava relacionado com questões associadas a virgindade das mulheres, remetendo para práticas como os testes de virgindade e a himenoplastia<sup>27</sup>.

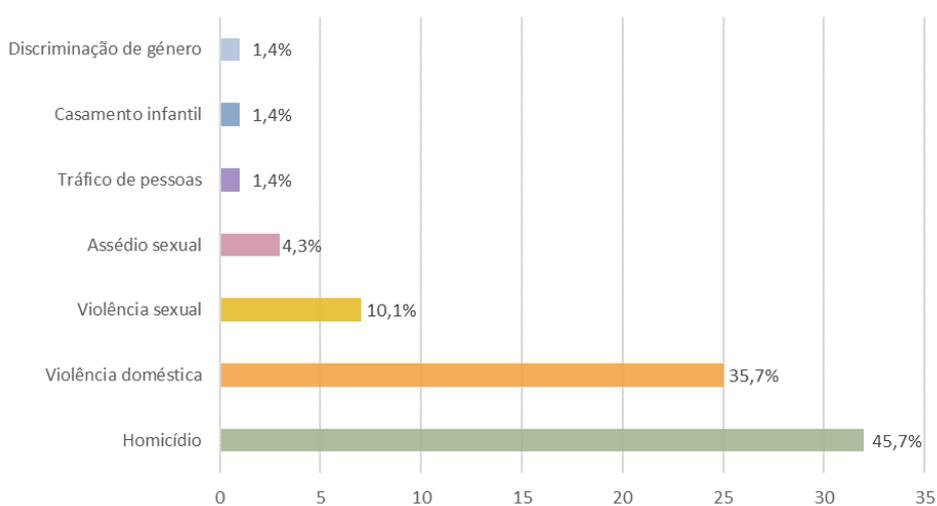
---

<sup>27</sup> Cirurgia de reconstrução do hímen



**Figura 3.7 - Tipos de violência principais presentes nas peças informativas (valor absoluto e relativo)**

Entre os tipos de violência secundários presentes nas peças predomina o *homicídio* (45,7%), seguindo-se a *violência doméstica* (35,7%). Importa ressaltar a relação entre estes dois tipos de violência na cobertura, tendo-se notado que das peças cujo enfoque principal é a violência doméstica, mais de metade (51%) remete também, de modo secundário, para o homicídio. Ao mesmo tempo, nas peças em que o homicídio se apresenta como o tipo de violência principal, 73% refere secundariamente a violência doméstica. Por outro lado, tipos como o *assédio sexual* (4,3%), o *tráfico de pessoas* (1,4%) e o *casamento infantil* (1,4%) apenas apareceram nas peças enquanto tipos de violência secundários, não lhes sendo dada grande relevância na cobertura.



**Figura 3.8 - Tipos de violência secundários presentes nas peças informativas (valor absoluto e relativo)**

Por fim, verificando-se que a violência doméstica foi o tipo de violência que adquiriu mais visibilidade na cobertura ao longo do período de análise, considerou-se pertinente perceber se a informação veiculada chamou a atenção para o facto deste fenómeno se tratar de um crime público em Portugal. Neste sentido, do total das 76 peças que, de modo principal ou secundário, abordam o problema da violência doméstica, apenas 21% fez alusão ao facto deste ser crime público em Portugal.

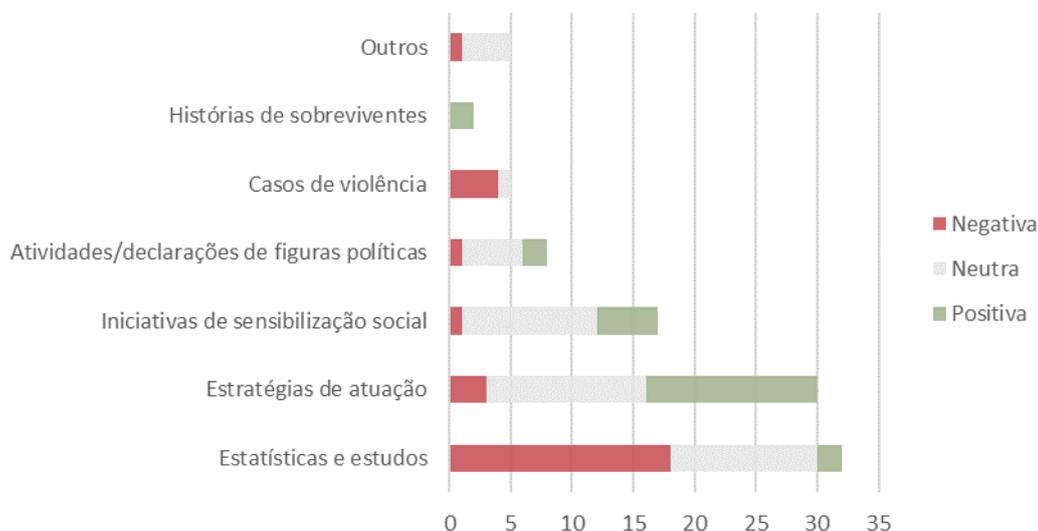
### 3.1.3 Valência

De forma a perceber o tom predominante com que o fenómeno da violência contra as mulheres foi noticiado no âmbito do Dia Internacional, as peças foram categorizadas de acordo com a sua valência. A valência foi atribuída tendo em consideração a totalidade de informação presente em cada peça. Neste sentido, peças com um predomínio de elementos negativos foram avaliadas com valência negativa, enquanto peças com um predomínio de elementos positivos foram avaliadas com valência positiva. É certo que algumas peças contêm uma valência inerentemente neutra. Contudo, na maioria dos casos, as peças foram avaliadas com valência neutra por apresentarem um equilíbrio entre elementos negativos e elementos positivos. Dito isto, 47% das peças informativas do *corpus* de análise foram avaliadas com valência *neutra*, 28% com valência *negativa* e 25% com valência *positiva*.

Cruzando a valência com a variável do tema central, é possível verificar o tom predominante nas principais temáticas da informação (Figura 3.9). Com efeito, verifica-se que, das peças categorizadas para o tema ‘estatísticas e estudos’, 56% apresenta uma valência negativa, e apenas 6% uma valência positiva. Os dados e estudos noticiados acabam por apresentar uma realidade extremamente negativa, privilegiando, muitas vezes, os números alarmistas de casos, queixas e mortes. O mesmo sucede com as peças de ‘casos de violência’, que tendem maioritariamente para um tom negativo. Por vezes, esta informação é contrabalançada com alguns aspetos mais positivos, nomeadamente a referência a medidas que têm sido postas em prática ou a explicação do aumento das denúncias enquanto reflexo de uma sociedade mais consciencializada para o problema, tornando, assim, neutra a valência das peças. Por outro lado, a título de exemplo, uma das duas peças de valência positiva na temática ‘estatísticas e estudos’ destaca um estudo europeu sobre os fatores que levam uma testemunha de violência a intervir ou não, acabando por realçar o papel favorável que a intervenção destes indivíduos pode ter no problema.

No caso do tema ‘estratégias de atuação’ nota-se uma tendência contrária à das duas temáticas referidas antes. Sendo o foco da cobertura deste tema formas de atuar sobre o problema da violência contra as mulheres, não é surpreendente que a maioria das peças tenha valência positiva ou neutra, e apenas 10% apresente valência negativa. Estas peças focam-se sobretudo na implementação de serviços e medidas de apoio a vítimas, bem como propostas legislativas relacionadas com o fenómeno, apresentado em 47% dos casos uma valência positiva. Por seu turno, esta temática foi também noticiada

com um tom negativo, nomeadamente em peças cujo foco recaía sobre medidas por cumprir, falta de determinados serviços, bem como falhas de atuação de atores como o Ministério Público e a polícia.



**Figura 3.9 - Valência das peças informativas, por tema central**

Por fim, as peças das categorias ‘iniciativas de sensibilização social’ e ‘atividades/declarações de figuras políticas’ tendem maioritariamente para um tom neutro – 65% e 63%, respetivamente -, embora também apresentem, em alguns casos, as valências nos extremo opostos. Já as duas peças do tema ‘histórias de sobreviventes’ contêm valência positiva, pois, embora retratem de forma dura a violência experienciada por mulheres, enfatizam o lado esperançoso da possibilidade de sair de uma relação abusiva e reconstruir a vida.

### 3.1.4 Fontes de informação

Tendo em conta que a colocação de um assunto na agenda mediática e o seu tratamento jornalístico dependem, em grande medida, das fontes ouvidas, procurou-se averiguar os agentes sociais associados à informação veiculada na cobertura. Assim, considerou-se relevante dividir as fontes<sup>28</sup>, mencionadas e citadas, em *institucionais*, *profissionais/especialistas* e *individuais/testemunhos*, sendo estas, por sua vez, especificadas em diferentes subcategorias. Foram ainda criadas as categorias *meios de comunicação social* e *outros*, esta última para quando nenhuma das anteriores se adequasse.

De modo a averiguar os tipos de fontes, sem descurar a autoria do conteúdo, foram separadas na análise as fontes provenientes de peças assinadas pelo *Público* das de peças assinadas pela agência

<sup>28</sup> As fontes foram consideradas para a categorização estabelecida, independentemente de serem descritas nas peças enquanto pessoas, grupos, organizações ou documentos.

*Lusa*<sup>29</sup>. Esta separação justifica-se, uma vez que, como referido anteriormente, quase metade das peças informativas do *corpus* de análise foi escrita com recurso a informação da agência *Lusa*. Observando a Figura 3.10 é, então, perceptível que enquanto a *Lusa* utiliza sobretudo fontes *institucionais* (84%), o jornal *Público*, apesar de também fazer maioritariamente uso deste tipo de fontes (52%), recorre mais que a agência a fontes *profissionais/especialistas* (27%) e *individuais/testemunhos* (13%). Por sua vez, o *Público* invoca também como fonte nas suas peças outros *meios de comunicação social* (8%), quer sejam agências de notícias ou outros órgãos de comunicação, nomeadamente estrangeiros.

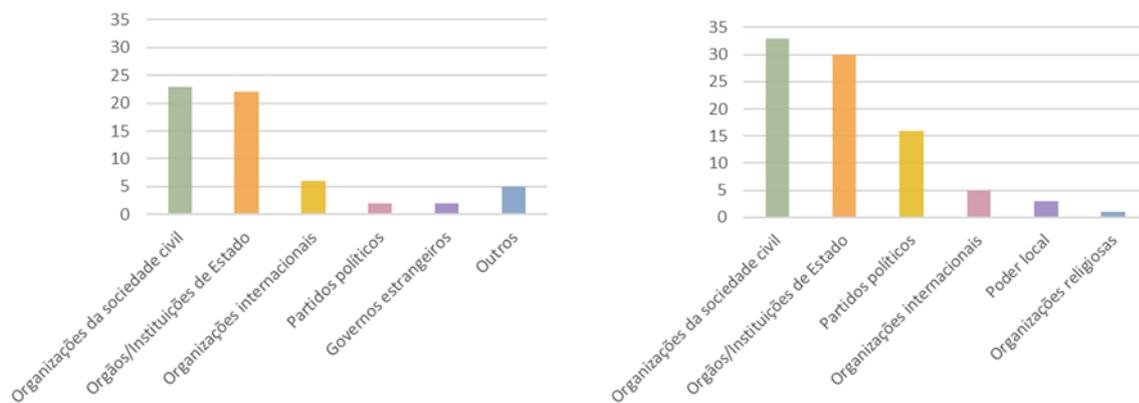


**Figura 3.10 - Estatuto das fontes das peças do *Público* (esquerda) e da *Lusa* (direita)**

Nas fontes de estatuto institucional, predominantes em toda a cobertura, destacam-se as provenientes de *organizações da sociedade civil*, seguidas, com uma diferença mínima, das de *órgãos/instituições de Estado* – respetivamente, 39% e 37% nas peças do *Público*, e 38% e 34% nas peças da *Lusa*. Ao nível da primeira categoria, sendo a maioria das peças de escopo nacional, destacam-se duas organizações portuguesas pró-vítima, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). A este respeito, salienta-se o facto destas associações divulgarem, praticamente todos os anos, dados estatísticos para assinalar a efeméride, aparecendo estes frequentemente nas peças das várias temáticas. Já na segunda categoria foram consideradas fontes oriundas de órgãos de Estado ou instituições a eles ligadas a nível nacional, nomeadamente o Governo e respetivos Ministérios, algumas comissões como a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, bem como o Ministério Público. As fontes provenientes de *organizações internacionais*, nomeadamente as Nações Unidas e outras instituições europeias, estão também presentes, embora de

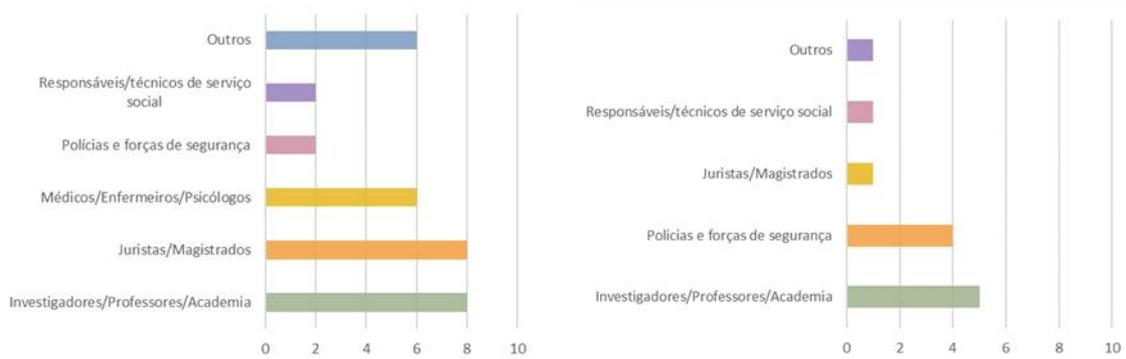
<sup>29</sup> Para o *Público* foram consideradas as peças da autoria de *jornalistas* e da *redação*, enquanto para a *Lusa* foram incluídas não só as peças exclusivamente da autoria desta *agência*, como as peças de autoria *mista* (*Lusa* e *Público*).

modo pouco significativo, tanto nas peças do *Público* (10%) como da *Lusa* (6%). Por sua vez, as peças da *Lusa* destacam-se pelo recurso a fontes de *partidos políticos* (18%) e de órgão do *poder local* (3%).



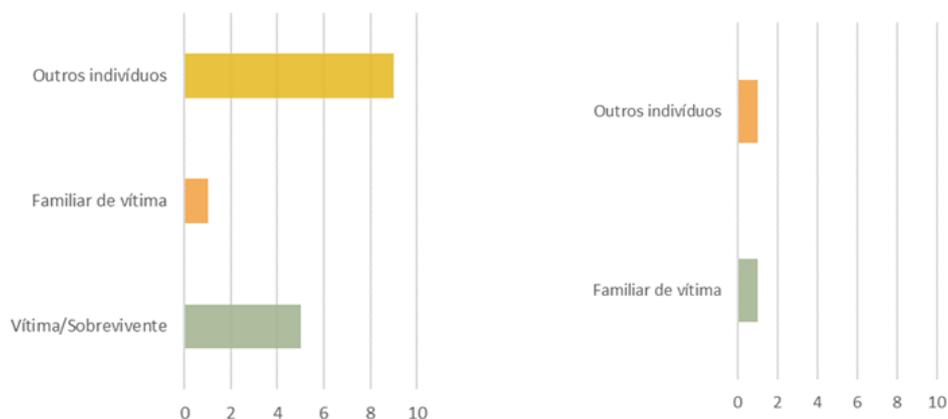
**Figura 3.11 - Tipos de fontes institucionais das peças do *Público* (esquerda) e da *Lusa* (direita)**

Invertendo a tendência das fontes institucionais, como mencionado anteriormente, o *Público* recorre mais vezes do que a agência *Lusa* a fontes *profissionais/especialistas*, tanto em notícias regulares, como em peças de formato reportagem e entrevista, onde é privilegiado um saber especializado para a discussão mais aprofundada do fenômeno da violência contra as mulheres. Deste tipo de fontes destaca-se, nas peças de ambas as autorias, a categoria *professores/investigadores/academia*, sendo a informação fornecida por via de indivíduos acadêmicos ou tendo por base, de um modo geral, dados de investigações e estudos universitários. Nas peças do *Público* são ainda relevantes os tipos de fontes *juristas/magistrados* e *médicos/enfermeiros/psicólogos*, que possuem conhecimentos concretos relacionados com o problema social em causa. Já nas peças da *Lusa* é mais comum a informação fornecida pelas *polícias e forças de segurança*.



**Figura 3.12 - Tipos de fontes profissionais/especialistas das peças do *Público* (esquerda) e da *Lusa* (direita)**

Por fim, as fontes individuais compreendem o testemunho de *vítimas/sobreviventes* ou de *familiares de vítimas*, bem como de *outros indivíduos* que falam em nome próprio e/ou sobre experiências pessoais. Também estas estão mais presentes nas peças do *Público* (13%) – aparecendo exclusivamente no formato reportagem -, sendo praticamente irrelevantes nas peças da *Lusa* (2%). Daqui salienta-se que, apesar de ser dada voz a algumas vítimas/sobreviventes nas peças do *corpus* de análise, estas continuam a ter uma importância muito reduzida enquanto fontes para o debate do fenómeno da violência contra as mulheres.



**Figura 3.13 - Tipos de fontes individuais/testemunhos das peças do *Público* (esquerda) e da *Lusa* (direita)**

### 3.1.5 Elementos da violência contra as mulheres: causas, consequências, soluções e informação de apoio à vítima

Tendo em consideração o papel que os órgãos de comunicação desempenham na compreensão de fenómenos sociais, procurou-se averiguar a presença na cobertura, de modo mais ou menos explícito, de alguns elementos específicos relacionados com a violência contra as mulheres, nomeadamente ao nível de causas, consequências e soluções.

Com a variável *causas* pretendeu-se perceber concretamente se no discurso mediático foram apontadas explicação de género para o problema da violência contra as mulheres, remetendo para as relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens e/ou para os estereótipos de género que estão na base do fenómeno. Verificou-se, pois, que este enquadramento de género se manifestou em apenas 9% das peças informativas. Destas peças destaca-se a entrevista dada pelo investigador Manuel Lisboa, em 2005, ao jornal *Público*, onde o mesmo afirma:

*A violência contra as mulheres é fundamentalmente uma violência de género. (...) Não é só o facto de se ser mulher ou de se ser homem - enfim, os autores [da violência] são fundamentalmente homens -, há aqui uma questão que tem a ver com uma certa forma de entender ou de representar o que é ser homem, o que é ser mulher, o que é ser masculino e feminino, e isto está presente tanto nos autores da violência como, muitas vezes, nas próprias vítimas. Ou seja, elas são mulheres, mas muitas vezes o que faz delas vítimas não é o facto de elas serem mulheres, é o facto de o autor achar que o ser masculino implica determinado tipo de condutas.<sup>30</sup>*

Com efeito, as causas de género não têm uma presença muito vincada e aprofundada no conteúdo analisado, aparecendo esporadicamente pela “voz” de determinados agentes sociais, como especialistas e atores políticos. Isto remete-nos, por conseguinte, para a importância das fontes de informação escolhidas e para o papel que estas detêm na construção da realidade através dos *media*.

Procurou-se, igualmente, perceber se as peças apresentavam ou discutiam eventuais *consequências* da violência contra as mulheres<sup>31</sup>. Dito isto, apenas 13% das peças informativas dedicaram alguma atenção aos efeitos da violência contra as mulheres, sobretudo de um modo breve, como demonstram os seguintes excertos:

---

<sup>30</sup> *Público*, 25 novembro 2005. Disponível em <https://www.publico.pt/2005/11/25/jornal/estamos-no-seculo-xxi-mas-tambem-temos-muita-coisa-do-seculo-xix-50637> [Consultado a 23 de agosto, 2022]

<sup>31</sup> Referência a homicídios em contexto de relações de intimidade não foram contabilizadas, por si só, enquanto consequência, uma vez que o homicídio é, para efeitos da presente pesquisa, um tipo extremo de violência, embora em termos latos possa, efetivamente, ser uma consequência da violência perpetuada.

(...) os maus tratos psicológicos levam à destruição da auto-estima da vítima, através da anulação progressiva da sua identidade e dignidade, explicou José Félix.<sup>32</sup>

Segundo o Conselho da Europa, a violência contra as mulheres no espaço doméstico é, a nível internacional, a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro e os acidentes de viação.<sup>33</sup>

"Ainda que os actos não tenham sido fatais, a severidade registada nestas agressões permite-nos antecipar as sequelas a nível psíquico e físico que poderão perpetuar-se por toda a sua vida", salienta a UMAR.<sup>34</sup>

Por outro lado, destacam-se duas peças a nível de profundidade, uma de 2003 outra de 2005, cujo enfoque são, precisamente, os resultados de um estudo sobre os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres em Portugal<sup>35</sup>. Nestas peças são descritas consequências, por exemplo, ao nível da saúde física e psicológica das mulheres, do seu desempenho profissional, da saúde e aproveitamento escolar dos seus filhos, e das suas relações com familiares e amigos. Mais uma vez, denota-se o papel das fontes utilizadas na contextualização do fenómeno da violência contra as mulheres.

Foi ainda averiguado no conteúdo se foram apontadas e/ou discutidas *soluções e medidas* no âmbito da violência contra as mulheres. Verificou-se que em 60% das peças foram apresentadas, de modo mais ou menos aprofundado, medidas e soluções relativamente ao fenómeno. Em mais de um terço dos conteúdos informativos não houve, portanto, qualquer tipo de enquadramento sobre o que tem sido ou deve ser posto em prática para prevenir e combater o problema. Por sua vez, as soluções e medidas referidas foram categorizadas<sup>36</sup>, com o auxílio de documentos políticos como os Planos Nacionais para a violência doméstica e a Convenção de Istambul, nos domínios presentes na Figura 3.14.

---

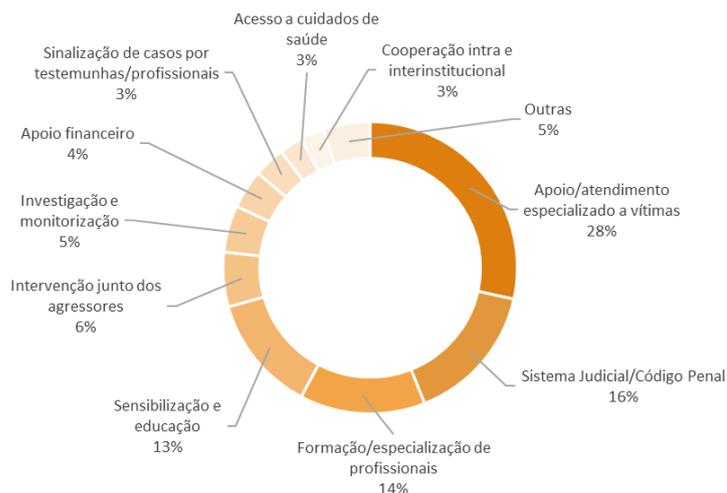
<sup>32</sup> *Público*, 25 novembro 2002. Disponível em <https://www.publico.pt/2002/11/25/sociedade/noticia/dia-internacional-contra-a-violencia-contra-as-mulheres-e-assinalado-hoje-198208> [Consultado a 23 de agosto, 2022]

<sup>33</sup> *Público*, 24 novembro 2003. Disponível em <https://www.publico.pt/2003/11/24/local/noticia/matosinhos-vai-ter-casa-para-mulheres-maltratadas-em-maio-de-2005-1176893> [Consultado a 23 de agosto, 2022]

<sup>34</sup> *Público*, 24 novembro 2016. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/11/24/sociedade/noticia/mais-de-450-mulheres-assassinadas-nos-ultimos-12-anos-em-portugal-1752434> [Consultado a 24 de agosto, 2022]

<sup>35</sup> Estudo “Prevenir ou remediar: os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres”, publicado em livro em 2006.

<sup>36</sup> Cada uma das categorias foi apenas contabilizada uma vez por peça.



**Figura 3.14 - Tipos de medidas/soluções presentes nas peças informativas**

Verifica-se, pois, uma preeminência no domínio do *apoio/atenção especializado a vítimas*, sendo sobretudo referidas questões relacionadas com a rede de estruturas de apoio, nomeadamente, casas de abrigo e centros de atendimento, bem como iniciativas de inserção social. Seguem-se medidas na esfera do *Sistema Judicial/Código Penal*, principalmente com a discussão de questões relacionadas ao processo criminal e com a apresentação de propostas para alterações da lei penal nesta matéria. É também apontada, várias vezes, a *formação de profissionais*, particularmente magistrados, polícias e profissionais de saúde, para melhor intervirem no problema, bem como a *sensibilização e educação*, sobretudo dos jovens, através de práticas pedagógicas e curriculares, numa vertente preventiva. É ainda destacada em algumas peças a questão da *intervenção junto dos agressores*, particularmente no que toca à utilização de pulseira eletrónica para controlar o afastamento do agressor da vítima em casos de violência doméstica.

Finalmente, foi apurado se a cobertura apresentava informação de apoio à vítima, concretamente linhas de contacto, o que apenas se verificou em 4% das peças informativas. Somente num caso foi dado destaque no final da peça a várias linhas disponíveis. Contudo, tratou-se de uma peça que referia o suicídio de uma jovem vítima de abusos por parte do namorado, sendo os contactos apresentados relativos a serviços telefónicos de ajuda e apoio ao suicídio em Portugal e na Europa. Nos outros casos, as linhas de apoio – como a de informação a vítimas de violência doméstica e a de emergência nacional –, surgem no âmbito da própria informação noticiada, nomeadamente a propósito do lançamento de campanhas de sensibilização, e não enquanto elementos complementares à mesma.

## 3.2 Discussão dos resultados

Com a presente pesquisa propusemo-nos analisar a cobertura jornalística do fenómeno da violência contra as mulheres no âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, observando o caso particular do jornal *Público online*. Neste sentido, os resultados obtidos através da análise de conteúdo não nos permitem fazer generalizações a todo o panorama mediático português, mas ajudam-nos a refletir sobre esta problemática, tendo sido possível extrair algumas conclusões pertinentes relativamente às características da cobertura anteriormente descritas.

Observando de um modo geral o *corpus* de análise, podemos concluir que a celebração do Dia Internacional contribuiu para a colocação do fenómeno da violência contra as mulheres na agenda mediática. Com efeito, de 2000 a 2021 foram publicadas 113 peças (informativas e opinativas) no *Público Online*, embora com algumas variações de volume ao longo dos anos analisados. Não podemos, por certo, afirmar que houve um crescimento consistente da atenção jornalística dedicada a este problema no âmbito da efeméride, apesar de nos anos mais recentes se verificar um aumento da cobertura no *site* do *Público*. Por sua vez, a grande maioria das peças informativas faz referência ao Dia no seu conteúdo, o que comprova, em certa medida, que a efeméride funciona como um *news peg* para falar do assunto (Traquina, 2005), sendo importante para a forma como o fenómeno da violência contra as mulheres adquire noticiabilidade. Contudo, averiguar a relevância dada a este problema social na agenda mediática não passa apenas pelo volume de cobertura. De facto, algumas características mais formais das peças, como o seu formato jornalístico e autoria, podem ajudar a compreender a importância atribuída a determinadas questões por parte da publicação que veicula a informação. Neste domínio, destacam-se dois aspetos na cobertura do jornal *Público online*: o peso diminuto do formato reportagem, por um lado, e o recurso considerável a peças assinadas pela agência *Lusa*, por outro.

A reportagem é, efetivamente, um formato que permite abordar um assunto com uma maior profundidade. Como refere Franceschini (2004), enquanto a notícia “depende de um facto novo”, a reportagem “é produzida a qualquer momento oportuno” (p. 151). Este último formato está, por isso, muito mais dependente da avaliação que os profissionais do meio fazem relativamente à pertinência do assunto a abordar, bem como da intenção da publicação em divulgar tal matéria informativa. No caso em estudo, os novos factos que originam as notícias acabam por ser proporcionados pelas iniciativas e ações de comunicação de alguns agentes sociais no âmbito da efeméride. Por seu turno, a quantidade de reportagens no *corpus* de análise leva-nos a depreender que a celebração do Dia não estimulou um tratamento jornalístico com um maior grau de detalhe e profundidade acerca do problema, o que poderia contribuir de forma mais assertiva para a sua denúncia e consciencialização da sociedade. De igual modo, assim como a produção (ou não) de reportagens nos remete invariavelmente para a alocação de recursos que foi feita por parte da publicação para o tratamento da temática em estudo, o mesmo sucede com o número de peças assinadas pela *Lusa*. É, pois, importante ter em consideração que, dos conteúdos informativos presentes no *site* do *Público*, uma grande parte foi produzida pela *Lusa*. É certo que isto

não pode ser dissociado dos constrangimentos e pressões organizacionais por trás da produção jornalística, em especial no meio *online* onde o conteúdo é constantemente atualizado. No entanto, estas questões não deixam de ser significativas para refletir sobre a prioridade que o fenómeno assume para a redação da publicação analisada, mesmo no contexto ‘propício’ de uma efeméride.

Posto estas considerações formais, importa agora ponderar o conteúdo propriamente dito da informação veiculada. Tendo por base os últimos desenvolvimentos da teoria do *agenda-setting*, considera-se que, embora a presença na agenda mediática seja importante para a atenção pública dada a determinada questão, é aquilo que efetivamente é dito e discutido nas peças que contribui para a perceção do público acerca do problema. Uma vez que a violência contra as mulheres é um fenómeno que pode assumir vários contornos, um aspeto fundamental a ter em conta diz respeito aos tipos de violência que adquirem visibilidade e a quais é dado maior destaque na cobertura. Com efeito, uma das preocupações feministas, patente em guias de boas práticas para a cobertura responsável, tem sido precisamente a de tornar visível diferentes formas de violência, contribuindo, assim, para “a desocultação, prevenção e compreensão do fenómeno”<sup>37</sup>. Na cobertura analisada houve, contudo, um predomínio da violência doméstica e do homicídio (consumado ou tentado), aparecendo estes muitas vezes em conjunto nas peças. Ao contrário daquilo que poderia ser esperado dado o propósito da efeméride, foi pouco o espaço informativo atribuído a outros tipos de violência, de modo a refletir as diferentes experiências da mesma. Por exemplo, apesar de nos últimos 10 anos se verificar a presença da violência sexual nas peças informativas, esta é muito reduzida, em termos de visibilidade e destaque, em comparação com os tipos de violência predominantes na cobertura. Já o assédio sexual foi praticamente um não-assunto, sem relevância nas peças analisadas.

Perceber em que moldes o fenómeno da violência contra as mulheres é comunicado nos *media* passa também por averiguar os principais temas noticiados, bem como o tom do discurso. Relativamente ao primeiro ponto, evidencia-se que a cobertura analisada está principalmente associada à temática “Estatísticas e estudos”. Isto acaba por não ser um resultado surpreendente, visto que há uma tendência para que agentes sociais interessados aproveitem as efemérides para a divulgação deste tipo de dados (Cerqueira, 2012). Todavia, a predominância desta temática na cobertura proporciona uma reflexão dual. Por um lado, a mera apresentação de dados sem grande contextualização - sobretudo quando a informação é proveniente de comunicados de imprensa -, pode não contribuir para a melhor compreensão do fenómeno, fazendo pender o conteúdo noticiado para o acontecimento e não para a problemática (Traquina, 2005, 2020). Por outro lado, a presença destes dados nos conteúdos mediáticos, em especial quando oriundos de estudos científicos lançados pela ocasião, potenciam a transmissão de informação rigorosa sobre o fenómeno, bem como de conhecimentos importantes para o entendimento

---

<sup>37</sup> “Guia de boas práticas dos órgãos de comunicação social na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica” (2019). Disponível em <https://www.cig.gov.pt/2019/09/apresentacao-do-guia-boas-praticas-dos-orgaos-comunicacao-social-na-prevencao-combate-violencia-as-mulheres-violencia-domestica/> [Consultado a 28 de maio, 2022]

e discussão do problema na sociedade. Exemplo disto são duas peças do *corpus* de análise que expõem informação no âmbito de estudos relacionados com tipos particulares de violência: um sobre a legislação de diferentes países europeus no que toca ao crime de violação, e outro sobre o “*stalking*” (perseguição) em Portugal. Importa ainda referir que no extremo oposto do tema “Estatísticas e estudos”, estão as “Histórias de sobreviventes”, com uma presença muito pouco significativa na cobertura, o que nos remete para a aparente subalternização da voz destas mulheres. Apresentar casos e testemunhos de mulheres que passaram por episódios de violência, privilegiando assim a perspectiva de sobreviventes, tem sido outra das exortações dos guias de boas práticas. Com efeito, a comemoração do dia poderia revelar-se um momento oportuno para tal, no entanto, os resultados obtidos não apontam nesta direção.

No que diz respeito ao tom da cobertura, destaca-se a valência neutra, uma vez que a maioria da informação veiculada apresenta uma combinação de elementos negativos e positivos em relação ao fenómeno da violência contra as mulheres. Pode, portanto, dizer-se que estas peças acabam geralmente por mostrar dois lados da mesma moeda, ressaltando medidas e iniciativas positivas postas em prática, mas dando igualmente conta do “cenário trágico que assola as vítimas” (Cerqueira, 2012, p. 335). Além disso, são mais as peças de valência negativa do que as de valência positiva, apesar da diferença entre ambas não ser muito significativa. Como Cerqueira (2012) afirma, no seu estudo sobre a cobertura jornalística do Dia Internacional da Mulher, a celebração da efeméride pode contribuir para que haja esta dualidade no tom discursivo patente na informação. Por sua vez, a prevalência de um discurso negativo remete-nos para o papel de denúncia do problema que cabe aos *media*, sendo o dia aproveitada para “visibilizar situações que merecem uma transformação social” (Cerqueira, 2012, p. 335).

De modo a perceber até que ponto os conteúdos informativos revelam responsabilidade e compreensão perante o fenómeno da violência contra as mulheres, foi averiguada a presença ou ausência de alguns elementos concretos relacionados com o problema, nomeadamente ao nível de causas de género, consequências e soluções, bem como informação de apoio à vítima através da apresentação de linhas de contacto. Argumenta-se que a presença destes elementos – sobretudo dos três primeiros – poderá contribuir para uma melhor contextualização do fenómeno, favorecendo uma leitura mais consciente e estimulando a reflexão e o debate público. Dito isto, a referência a causas de género, consequências e linhas de apoio apenas esteve presente numa percentagem muito reduzida da cobertura, o que nos leva a concluir que não houve uma preocupação acrescida em incluir estes elementos ao noticiar o fenómeno no âmbito da comemoração do Dia Internacional. Já a alusão a soluções foi mais visível, mas sobretudo com a apresentação de medidas viradas para o apoio/atendimento especializado a vítimas. Daqui importa refletir concretamente sobre a aparente “ocultação” das causas de género que estão na base do problema. Com efeito, denota-se a ambivalência dos *media* face a questões de igualdade de género, uma vez que, por um lado, é dada visibilidade ao problema da violência contra as mulheres, mas, por outro, parece ainda haver um desconforto em expressar a natureza sistémica do mesmo. Esperava-se que a efeméride se revelasse propícia a privilegiar conteúdos informativos que

contribuíssem para debater o tema enquanto questão estrutural na sociedade, sendo este reconhecimento fulcral para o entendimento público e, por conseguinte, para o combate do problema.

Finalmente, importa atentar sobre os atores sociais utilizados como fontes de informação na cobertura. As fontes têm, de facto, um papel fundamental sobre os aspetos presentes no conteúdo, como aqueles que têm vindo a ser discutidos até aqui, ao serem mencionadas e citadas pelos meios de comunicação. Estas não só proporcionam e promovem as ocorrências que permeiam a agenda mediática, como fornecem aos *media* formas de retratar as mesmas, contribuindo, assim, para a construção da realidade social. Posto isto, verificou-se um predomínio do recurso às organizações da sociedade civil enquanto fontes de informação, sobretudo com a divulgação de dados ou promoção de iniciativas por parte destas pela altura da efeméride. Estes dias assumem-se, pois, como momentos chave para os meios de comunicação noticiarem as mensagens desejadas pelas organizações, que, para o efeito, se assumem como fontes proativas (Cerqueira, 2012). Perante o resultado obtido depreende-se que há um reconhecimento por parte dos *media* destas organizações enquanto possuidores de conhecimento e informação legítima sobre o fenómeno, mas também que as mesmas se têm vindo a profissionalizar enquanto fontes, estabelecendo estratégias de comunicação de modo a conseguirem penetrar a agenda mediática (Cerqueira, 2012; Cerqueira & Cabecinhas, 2015). Contudo, pode afirmar-se que, dentro deste estatuto de fonte, nem todos os atores sociais tem o mesmo acesso aos *media*, uma vez que se verificou a presença constante de determinadas organizações na cobertura.

Por sua vez, também as fontes provenientes de órgãos e instituições de Estado foram recorrentes nas peças analisadas, o que vai ao encontro da ideia de que aqueles que detêm posições de poder têm um acesso mais direto aos meios de comunicação, e, por isso, conseguem com maior facilidade propagar as suas mensagens e pontos de vista. Já no que diz respeito à comparação entre peças da autoria do *Público* e peças da agência *Lusa*, verificou-se que o jornal procurou diversificar mais as fontes utilizadas, recorrendo a especialistas e ao testemunho de vítimas, embora não tanto como a fontes de estatuto institucional. Com efeito, a reduzida importância dada às vítimas enquanto fontes para o debate do fenómeno em causa reflete, mais uma vez, a negação da voz destas mulheres no espaço mediático. Conclui-se, portanto, que continua a ser necessária uma maior preocupação por parte dos *media*, não só em ouvir especialistas na área que melhor possam elucidar o público sobre o problema, mas também as próprias vítimas, concedendo-lhes voz e dando conta das suas perspetivas para o entendimento do fenómeno.

## Conclusão

A presente dissertação visou compreender de que modo a comemoração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres se tem vindo a refletir na agenda mediática portuguesa, desde a sua instauração oficial pelas Nações Unidas. Seguindo as perspetivas teóricas do *agenda-setting* e do *framing*, procurou-se perceber se a efeméride contribuiu para que o fenómeno da violência contra as mulheres adquirisse visibilidade na comunicação social, bem como os moldes em que o problema foi noticiado. Para tal, realizou-se uma análise de conteúdo à informação veiculada, de 2000 a 2021, pelo jornal *Público online*, tratando-se este de um dos principais jornais de referência em Portugal.

Com a elaboração deste trabalho foi possível concluir que, embora o Dia Internacional tenha, de facto, servido para colocar o fenómeno da violência contra as mulheres na agenda mediática, contribuindo para a noticiabilidade do mesmo, não se pode afirmar que a informação veiculada reflita totalmente a responsabilidade e compreensão que devem caber aos órgãos de comunicação perante este problema social. Tendo em conta o propósito da efeméride, esperava-se que a mesma se apresentasse como ‘propícia’ a uma maior preocupação dos *media* em incluir nos seus conteúdos determinadas componentes informativas que, por já serem normalmente desvalorizadas na cobertura regular do fenómeno, têm vindo a ser referidas no contexto das boas práticas jornalísticas criadas para este domínio.

Com efeito, verificou-se que, em várias das peças analisadas, foram apresentados dados estatísticos e informações provenientes de estudos, bem como medidas postas em prática no âmbito do problema, recorrendo a fontes provenientes de organizações da sociedade civil. Contudo, as características mais salientes da cobertura apontam para a tendência geral de um tratamento jornalístico que não contribui necessariamente para uma melhor contextualização do fenómeno perante o público. Neste sentido, destacam-se a pouca visibilidade dada a outras formas de violências, além da violência doméstica e do homicídio, a ocultação das causas de género que estão na base do problema, bem como o diminuto recurso a fontes especialistas e ao testemunho de vítimas/sobreviventes. Assim sendo, e atendendo à capacidade dos meios de comunicação em moldarem o entendimento do público acerca dos assuntos noticiados, torna-se imperativo (re)considerar o papel que os mesmos podem assumir na transformação social de questões ligadas à igualdade de género. No entanto, é também certo que os resultados obtidos não devem ser encarados fora das dinâmicas associadas aos processos de produção jornalística, processos esses que posicionam o nosso objeto de estudo num panorama extremamente complexo.

Posto isto, acreditamos que a presente dissertação conseguiu alcançar de modo satisfatório o seu propósito, respondendo às perguntas de pesquisa inicialmente estabelecidas, e contribuindo, desta forma, para aprofundar o conhecimento científico acerca da problemática estudada. Afigurando-se apenas como uma pequena fração de saber no universo dos estudos feministas de *media*, o trabalho realizado pode ser utilizado para complementar outras reflexões na área, bem como para o

desenvolvimento de eventuais estudos comparativos. Logicamente que a pesquisa não se encontra desprovida de algumas limitações, que, todavia, se constituem como oportunidades para investigação futura. Tendo em conta os recursos disponíveis para a realização do trabalho, em particular no que toca a constrangimentos temporais, este acabou por se cingir a um único órgão de comunicação, tendo-se optado por estudar a cobertura do jornal *Público online* exclusivamente através do método de análise de conteúdo. Há, por isso, espaço para alargar a pesquisa a mais meios de comunicação, não só a nível nacional como internacional, nomeadamente a outros jornais de referência, o que permitirá condensar conhecimentos sobre a cobertura desta temática no panorama mediático português e, por sua vez, realizar comparações com outros países. Por fim, seria também interessante conciliar a análise de conteúdo com uma análise discursiva dos textos jornalísticos, aprofundado o modo como a informação é apresentada, bem como com o estudo de audiências, percebendo de que forma as mensagens difundidas pela ocasião da efeméride influenciam a perceção do público sobre o fenómeno da violência contra as mulheres.

## Referências Bibliográficas

- Babbie, E. (2014). *The practice of social research* (14<sup>a</sup> ed.). Cengage Learning.
- Băluță, O. (2015). Representing and consuming women. Paradoxes in media covering violence against women. *Journal of Media Research*, 8(22), 52–67. <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=284733>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bastos, H. (2009). Da implementação à estagnação: os primeiros doze anos de ciberjornalismo em Portugal. VI Congresso da SOPCOM. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bastos-helder-da-implementacao-a-estagnacao.pdf>
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. Free Press.
- Bunch, C., & Reilly, N. (1994). *Demanding accountability: The global campaign and Vienna Tribunal for women's human rights*. Center for Women's Global Leadership/UNIFEM.
- Bunch, C., & Reilly, N. (2019). Women's rights as human rights: Twenty-five years. Em N. Reilly (Ed.), *International human rights of women* (pp. 21–38). Springer.
- Cacciatore, M. A., Scheufele, D. A., & Iyengar, S. (2016). The end of framing as we know it... and the future of media effects. *Mass Communication and Society*, 19(1), 7-23. <https://doi.org/10.1080/15205436.2015.1068811>
- Cerqueira, C. (2012). *Quando elas (não) são notícia: Mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/20789>
- Cerqueira, C., & Cabecinhas, R. (2015). A cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa: Mudanças, persistências e reconfigurações. *Novos Olhares*, 4(1), 37–51. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2015.102209>
- Cerqueira, C., & Gomes, S. (2017). Violência de género nos media: Percurso, dilemas e desafios. Em S. Neves & D. Costa (Eds.), *Violências de género* (pp. 217–238). Edições ISCSP.
- Conselho da Europa. (2011). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. <https://rm.coe.int/168046253d>
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. LabCom.
- Correia, J. C. (2012). A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. Em I. F. Cunha, A. Cabrera, & J. P. Sousa (Eds.), *Pesquisa em media e jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina* (pp. 70–105). LabCom.
- Davie, W. R., & Maher, T. M. (2006). Review and criticism: Research pioneer tribute - Maxwell McCombs: Agenda-setting explorer. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 50(2), 358–364. [https://doi.org/10.1207/s15506878jobem5002\\_13](https://doi.org/10.1207/s15506878jobem5002_13)

- Dauer, S. (2019). Human rights responses to violence against women. Em N. Reilly (Ed.), *International human rights of women* (pp. 229–245). Springer.
- Deacon, D., Pickering, M., Golding, P., & Murdock, G. (2021) *Researching communications: a practical guide to methods in media and cultural analysis* (3ª ed.). Bloomsbury.
- Dearing, J. W., & Rogers, E. M. (1996). *Agenda-setting* (Vol. 6). Sage.
- Duarte, A. (2013). *O Público e o jornalismo de referência* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/70724>
- Easteal, P., Holland, K., & Judd, K. (2015). Enduring themes and silences in media portrayals of violence against women. *Women's Studies International Forum*, 48, 103–113. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2014.10.015>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Ertürk, Y. (2016). *Violence without borders: Paradigm, policy and praxis concerning violence against women*. Women's Learning Partnership.
- Esteves, J. P. (2012). Agenda-setting e efeitos dos media: O desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista. Em I. F. Cunha, A. Cabrera, & J. P. Sousa (Eds.), *Pesquisa em media e jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina* (pp. 107–137). LabCom.
- Franceschini, F. (2004). Notícia e reportagem: sutis diferenças. *Comum*, 9(22), 144-155. <https://pibidportuguesunespar.files.wordpress.com/2013/03/4-notc3adcia-e-reportagem-sut3ads-diferenc3a7as.pdf>
- Gans, H. J. (2004). *Deciding what's news: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Northwestern University Press.
- Gillespie, L. K., Richards, T. N., Givens, E. M., & Smith, M. D. (2013). Framing deadly domestic violence: Why the media's spin matters in newspaper coverage of femicide. *Violence Against Women*, 19(2), 222–245. <https://doi.org/10.1177/1077801213476457>
- Gonçalves, T. (2005). A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 05/06, 157–167. <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/2605>
- Gradim, A. (2000). *Manual de Jornalismo*. Universidade da Beira Interior.
- Guerra, P. & Gago, L. (2020). *Violência doméstica: Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno – Manual Pluridisciplinar* (2ª ed.). Centro de Estudos Judiciários.
- Henricksen, J. (2018). Representations of violence against women in the mass media. Em J. Henricksen & M. Guggisberg (Eds.) *Violence against women in the 21st century: Challenges and future directions* (pp. 89-131). Nova Science Publishers.
- Herscovitz, H. G. (2007). Análise de conteúdo em jornalismo. Em C. Lago, & M. Benetti (Org.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (3ª ed., pp. 123-142). Editora Vozes.

- Howard-Hassmann, R. E. (2011). Universal women's rights since 1970: The centrality of autonomy and agency. *Journal of Human Rights*, 10(4), 433–449. <https://doi.org/10.1080/14754835.2011.619398>
- Iyengar, S. (1990). Framing responsibility for political issues: The case of poverty. *Political Behavior*, 12(1), 19–40. <https://doi.org/10.1007/BF00992330>
- Krantz, G., & Garcia-Moreno, C. (2005). Violence against women. *Journal of epidemiology and community health*, 59(10), 818–821. <https://doi.org/10.1136/jech.2004.022756>
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2<sup>a</sup> ed.). Sage.
- Lopes, P. (2010). Géneros literários e géneros jornalísticos: uma revisão teórica de conceitos. BOCC: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-generos-lopes.pdf>
- Lopes Cardoso, F. (2012). *Jornalistas-Escritores: A Necessidade da Palavra*. MinervaCoimbra
- Mangana, R., Piñeiro-Naval, V., & Morais, R. (2021). Os estudos de framing no contexto da investigação em comunicação: Uma análise a partir das principais revistas científicas de Brasil e Portugal. *Media & Jornalismo*, 21(38), 241-260. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_38\\_12](https://doi.org/10.14195/2183-5462_38_12)
- McCombs, M. (1997). New frontiers in agenda setting: Agendas of attributes and frames. *Mass Comm Review*, 24(1&2), 32–52.
- McCombs, M. (2005). A look at agenda-setting: Past, present and future. *Journalism Studies*, 6(4), 543–557. <https://doi.org/10.1080/14616700500250438>
- McCombs, M., & Evatt, D. (1995). Los temas y los aspectos: Explorando una nueva dimensión de la agenda setting. *Communication & society*, 8(1), 7-32. <https://hdl.handle.net/10171/8401>
- McCombs, M., & Ghanem, S. I. (2001). The convergence of agenda setting and framing. Em S. D. Reese, O. H. Gandy, Jr., & A. E. Grant (Eds.) *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 67-81). Lawrence Erlbaum Associates.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–187. <https://www.jstor.org/stable/2747787>
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1993). The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. *Journal of Communication*, 43(2), 58–67. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01262.x>
- McCombs, M., & Valenzuela, S. (2007). The agenda-setting theory. *Cuadernos de Información*, 20, 44–50. <https://doi.org/10.7764/cdi.20.111>
- McQuail, D. (2010). *McQuail's mass communication theory* (6<sup>a</sup> ed.). Sage.
- Meyer, M. (1997). *News coverage of violence against women: Engendering blame*. Sage.
- Molotch, H., & Lester, M. (1974). News as purposive behavior: On the strategic use of routine events, accidents, and scandals. *American Sociological Review*, 39(1) 101–112. <https://doi.org/10.2307/2094279>

- Molotch, H., & Lester, M. (1999). Accidents, scandals, and routines: Resources for insurgent methodology. *Critical Sociology*, 25(2-3), 247-259. <https://doi.org/10.1177/08969205990250021301>
- Montiel, A. V. (2010). La representación social de la violencia contra las mujeres y las niñas en la agenda de los medios de comunicación en México. Em M. J. Silveirinha, A. T. Peixinho, & C. Almeida Santos (Eds.), *Género e culturas mediáticas* (pp. 77-100). Mariposa Azul.
- Montiel, A. V. (2014). Violence against women and media: Advancements and challenges of a research and political agenda. Em A. V. Montiel (Ed.), *Media and gender: A scholarly agenda for the global alliance on media and gender* (pp. 15-19). UNESCO.
- OberCom. (2022). Anuário da Comunicação 2021. Disponível em <https://obercom.pt/anuario-da-comunicacao-2021/>
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 2, 277-294. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1401](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1401)
- Reese, S. D. (2001). Prologue-Framing public life: A bridging model for media research. Em S. D. Reese, O. H. Gandy Jr., & A. E. Grant (Eds.), *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 7-31). Lawrence Erlbaum Associates.
- Richards, T. N., Kirkland Gillespie, L., & Dwayne Smith, M. (2011). Exploring news coverage of femicide: Does reporting the news add insult to injury? *Feminist Criminology*, 6(3), 178-202. <https://doi.org/10.1177/1557085111409919>
- Santos, S., Cardoso, G., Telo, D., & Silva, E. (2016). “Uma visita sem história”. Análise da cobertura do jornal Público à visita de Estado da chanceler Angela Merkel em Lisboa. Em G. Cardoso, S. Santos, & D. Telo (Org.), *O jornalismo em tempos de crise* (pp. 129-147). Mundos Sociais.
- Scheufele, D. A. (2000). Agenda-Setting, priming, and framing revisited: Another look at cognitive effects of political communication. *Mass Communication and Society*, 3(2-3), 297-316. [https://doi.org/10.1207/S15327825MCS0323\\_07](https://doi.org/10.1207/S15327825MCS0323_07)
- Scheufele, D. A., & Tewksbury, D. (2007). Framing, agenda setting, and priming: The evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, 57(1), 9-20. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9916.2007.00326.x>
- Shaw, E. F. (1979). Agenda-Setting and mass communication theory. *Gazette (Leiden, Netherlands)*, 25(2), 96-105. <https://doi.org/10.1177/001654927902500203>
- Simões, R. (2011). *Crime, castigo e género nas sociedades mediatizadas – Políticas de (in)justiça no discurso dos media*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <https://eg.uc.pt/handle/10316/17894>
- Simões, R. (2014). Do «pessoal ao político»: Tensões, paradoxos e implicações da mediatização da violência contra as mulheres em Portugal. *Media & Jornalismo*, 14(25), pp. 33-51. <http://hdl.handle.net/10316/46574>

- Sutherland, G., McCormack, A., Easteal, P., Holland, K., & Pirkis, J. (2016). Media guidelines for the responsible reporting of violence against women: A review of evidence and issues. *Australian Journalism Review*, 38(1), 5-17. <https://ssrn.com/abstract=2832441>
- Tewksbury, D., Jones, J., Peske, M. W., Raymond, A., & Vig, W. (2000). The interaction of news and advocate frames: Manipulating audience perceptions of a local public policy issue. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 77(4), 804–829. <https://doi.org/10.1177/107769900007700406>
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional* (Vol. 2). Insular Livros.
- Traquina, N. (2020). *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são* (Vol. 1). Insular Livros.
- Tuchman, G. (1976). Telling stories. *Journal of Communication*, 26(4), 93–97. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1976.tb01942.x>
- Tuchman, G. (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*. Free Press.
- United Nations [UN]. (1993). Declaration on the Elimination of Violence against Women. Disponível em <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaoviolenciamulheres.pdf>
- United Nations [UN]. (1995). Beijing Declaration and Platform for Action. Disponível em <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>
- United Nations [UN]. (2022). International Day for the Elimination of Violence against Women. Background. Disponível em <https://www.un.org/en/observances/ending-violence-against-women-day/background>
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. Em A. S., Silva, & J. M., Pinto (Eds). *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Edições Afrontamento.
- Varona, D., & Gabarrón, N. (2015). El tratamiento mediático de la violencia de género en España (2000-2012): agenda setting y agenda building. *InDre*. <https://indret.com/el-tratamiento-mediatico-de-la-violencia-de-genero-en-espana-2000-2012-agenda-setting-y-agenda-building/>
- Vreese, C. D. & Boomgaarden, H. (2003). Valenced news frames and public support for the EU, *Communications* 28(4), 361-381. <https://doi.org/10.1515/comm.2003.024>
- Weaver, D. H. (2007). Thoughts on agenda setting, framing, and priming. *Journal of Communication*, 57(1), 142–147. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00333.x>
- Wolf, M. (2006). *Teorias da comunicação* (9ª ed.). Presença.
- World Health Organization [WHO]. (2021, março). Violence against women. Disponível em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>
- Zucker, H. G. (1978). The variable nature of news media influence. Em B. O. Ruben (Ed.), *Communication yearbook 2* (pp. 235-246). Transaction.



## **Anexos**

### **Anexo A – Grelha de análise**

**Variável 1 [Data]:** data de publicação (dia, mês e ano)

**Variável 2 [Formato jornalístico]:** formato jornalístico da peça

1. Breve
2. Notícia
3. Reportagem
4. Entrevista
5. Opinião
6. Crónica

**Variável 3 [Autoria]:** peça (informativa) assinada ou não, e por quem

1. Jornalista
2. Agência noticiosa
3. Redação
4. Mista
5. Não identificada

**Variável 4 [Gênero de autor]:** gênero de autor de peça informativa ou opinativa

1. Feminino
2. Masculino
3. Não identificado

**Variável 5 [Escopo geográfico]:** escopo geográfico da peça

1. Nacional
2. Internacional
3. Misto

**Variável 6 [Referência ao Dia]:** referência explícita ao Dia na peça

1. Sim
2. Não

**Variável 7 [Tipo de referência ao Dia]:** tipo de referência ao Dia na peça

1. Menção
2. Contextualização
3. Não se aplica

**Variável 8 [Tema central]:** tema predominante na peça

1. Estatísticas e estudos
2. Estratégias de atuação
3. Iniciativas de sensibilização social
4. Atividades/declarações de figuras políticas
5. Casos de violência
6. Histórias de sobreviventes
7. Outros

**Variável 9 [Tipo de violência principal]:** tipo de violência com destaque principal na peça

1. Violência doméstica
2. Violência contra as mulheres
3. Homicídio (tentado ou consumado)
4. Violência sexual
5. Mutilação genital feminina
6. Perseguição
7. Discriminação de gênero
8. Outros

**Variável 10 [Tipo(s) de violência secundário(s)]:** tipo(s) de violência com destaque secundário na peça

1. Homicídio
2. Violência doméstica
3. Violência sexual
4. Assédio sexual
5. Tráfico de pessoas
6. Casamento infantil
7. Discriminação de gênero

**Variável 11 [Violência doméstica enquanto crime público]:** menção na peça de que a violência doméstica é crime público em Portugal

1. Sim
2. Não
3. Não se aplica

**Variável 12 [Valência]:** tom predominante na peça

1. Positiva
2. Negativa
3. Neutra

**Variável 13 [Estatuto da fonte]:** tipo e subtipo da(s) fonte(s) presente(s) na peça

1. Institucional
  - a. Órgãos/Instituições de Estado
  - b. Organizações da sociedade civil
  - c. Partidos políticos
  - d. Poder local
  - e. Governos estrangeiros
  - f. Organizações internacionais
  - g. Organizações religiosas
  - h. Outros
2. Profissional/Especialista
  - a. Investigadores/Professores/Academia
  - b. Juristas/Magistrados
  - c. Médicos/Enfermeiros/Psicólogos
  - d. Polícias e forças de segurança
  - e. Responsáveis/técnicos de serviço social
  - f. Outros
3. Individual/Testemunhos
  - a. Vítima/Sobrevivente
  - b. Familiar de vítima
  - c. Outros indivíduos
4. Meios de comunicação social
5. Outros

**Variável 14 [Causas de gênero]:** se são ou não apontadas causas de gênero para a violência contra as mulheres na peça

1. Sim
2. Não

**Variável 15 [Consequências]:** se são ou não apontadas consequências da violência contra as mulheres na peça

1. Sim
2. Não

**Variável 16 [Soluções/medidas]:** se são ou não apontadas soluções/medidas para a violência contra as mulheres na peça

1. Sim
2. Não

**Variável 17 [Domínio das soluções/medidas]:** tipos de soluções/medidas apresentadas na peça

1. Apoio/atendimento especializado a vítimas
2. Sistema Judicial/Código Pena
3. Formação/especialização de profissionais
4. Sensibilização e educação
5. Intervenção junto dos agressores
6. Investigação e monitorização
7. Apoio financeiro
8. Sinalização de casos por testemunhas/profissionais
9. Acesso a cuidados de saúde
10. Cooperação intra e interinstitucional
11. Outras

**Variável 18 [Linha de apoio]:** se é ou não apresentada uma linha de apoio na peça

1. Sim
2. Não